

**QUEM SOMOS**

**OS QUE AQUI**

**ESTAMOS ?**

ALVAREDO













**QUEM**

**SOMOS**

**OS**

**QUE**

**AQUI**

**ESTAMOS**

**?**

ALVAREDO

## MENSAGEM

### DIOGO CASTRO – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE ALVAREDO

A nossa cultura é aquilo que compõe a nossa identidade. É a história dos nossos avós, as nossas tradições, o nosso património, que fazem com que a nossa terra seja motivo de orgulho. É, também, aquilo que deixamos para as gerações futuras continuarem.

É com grande alegria que verificamos que Alvaredo é uma freguesia onde estas tradições não se perdem, nem se deixam abandonar. As pessoas abraçam os desafios, trabalham e participam com alegria e entusiasmo.

Apesar de todos os esforços, no presente, enfrentamos grandes desafios. Os tempos mudam, e corremos o risco de muitas das histórias e saberes da nossa terra se perderem. Por isso, é fundamental lutarmos pela preservação dos testemunhos, registar, e promover as memórias da nossa gente.

Foi por essa razão que a Junta de Freguesia de Alvaredo aceitou apoiar a realização do Quem Somos Os Que Aqui Estamos – Alvaredo, proposta pelo Festival MDOC. Achamos que este contributo é muito

importante para a história da nossa freguesia. Com este trabalho, foram digitalizadas muitas centenas de fotografias antigas, foram gravadas muitas histórias na primeira pessoa, e foi registada em fotografia a realidade de como se vive em Alvaredo hoje.

Este é um trabalho que temos de continuar. A história de Alvaredo precisa de trabalho constante, e esperamos contar com estas e outras iniciativas no futuro para continuar a registar a nossa terra. Mas, para já, resta-me deixar uma palavra de agradecimento e apreço a todas as pessoas que participaram, e que fizeram com que este livro fosse possível. Temos já aqui um bom testemunho para guardarmos para o futuro.

Viva Alvaredo!















# INTRODUÇÃO

## QUEM SOMOS OS QUE AQUI ESTAMOS? ALVAREDO

O *Quem Somos Os Que Aqui Estamos?* propõe um novo retrato das freguesias de Melgaço construído a partir das imagens produzidas pelos próprios residentes. Seja pelo registo de fotografia documental, mediante uma estética que emerge a partir das coleções domésticas de fotografias, ou a partir das histórias contadas na primeira pessoa por quem aqui nasceu, cresceu e vive. Com Alvaredo, o projeto finaliza a sua quarta edição, tendo visitado já as Uniões de Freguesia de Cubalhão e Parada do Monte, Prado e Remoães, e Castro Laboreiro e Lamas de Mouro.

Em Alvaredo, este projeto contou com uma participação intensa, tanto no número de pessoas envolvidas na iniciativa como no volume de registos disponibilizados, entre fotografias, testemunhos e registos vídeo. Uma grande seleção destes materiais será disponibilizada no portal Lugar do Real, que contém um arquivo audiovisual da memória do

Alto Minho. Ali se encontrarão, também, as muitas Fotografias Faladas que se realizaram em Alvaredo – vídeos de testemunhos de pessoas a partir das suas fotografias pessoais.

São fotografias tiradas, livros publicados, exposições de fotografia, projeção ao ar livre de filmes, histórias contadas, memórias reativadas... um pequeno contributo, para acrescentar a uma freguesia que tem uma orgulhosa e intensa agitação cultural, que todos os anos se procura auto-superar. Em Alvaredo a cultura faz-se, fazendo, com as mãos. Foi uma alegria, e um privilégio, para cada um de nós (membros do *Quem Somos Os Que Aqui Estarmos*), podermos participar nela, nem que seja por este curto espaço de tempo.





# SÃO MARTINHO DE ALVAREDO – NOTAS SOBRE O SÉCULO XVIII

Valter Alves

Vamos viajar à freguesia de São Martinho de Alvaredo no século XVIII. Durante tempos mais primitivos, esta era conhecida como São Martinho de Valadares, pelo facto de pertencer a este velho concelho até à sua extinção em meados do século XIX.

## 1 - Introdução

As mais antigas referências conhecidas à igreja de São Martinho de Alvaredo remontam ao século XII. Todavia, a mais primitiva citação a uma paróquia constituída nesta terra remonta ao século VI dC, ao tempo das primeiras comunidades cristãs na região. Para tal, temos que dar atenção ao importantíssimo cartulário *Liber Fidei*, que, entre outros manuscritos, contem o designado *Parochiale Sueuorum* (Paroquial Suevo) ou *Divisio Theodemiri* (divisão realizada durante o reinado do rei suevo Teodomiro). Este é um importante manuscrito da segunda metade do século VI, onde se apresenta a organização administrativa e eclesiástica do Reino suevo da Galécia, obra de S. Martinho de Dume, contendo uma relação das 132 paróquias, agrupadas em treze dioceses. Entre estas, encontra-se descrita a diocese de Tui com as suas paróquias. Entre estas, a única paróquia sita nas atuais terras de Melgaço que já se encontrava formalmente constituída era a paróquia de Canda, que hoje em dia é um lugar desta freguesia de Alvaredo.

Conforme dissemos antes, esta freguesia fazia parte, naquela época, da terra de Valadares. Esta era senho-reada por um tal Soeiro Aires, um dos cavaleiros das lides da Reconquista favorecidos com carta de Couto da povoação de S. Vicente concedida por D. Afonso Henriques. Em contrapartida, este e outros senhores ficavam “responsáveis pela defesa do território contra possíveis invasões do outro lado do rio Minho”



(MATTOSO, 1988). Soeiro Aires, nascido por volta de 1140, fidalgo e cavaleiro medieval, tomou parte na batalha de Ourique, ao lado de D. Afonso Henriques e aparece referido em documentação da época como Tenente de Riba Minho em 1173. Surge mencionado nos arquivos da Corte do rei D. Afonso I de Portugal entre os anos de 1169 e de 1179.

Contudo, a menção documental mais antiga a esta freguesia de Alvaredo remonta a tempos anteriores à independência de Portugal. Em 13 de Abril de 1118, uma tal Onega Fernandes fez uma doação à Sé de Tui da quarta parte da igreja de São Paio de Paderne, o equivalente da igreja de São Martinho de Valadares e outro tanto da vila chamada de São Vicente e da sua igreja.

Segundo PINTOR (1948), a referida vila e desaparecida freguesia de S. Vicente

...era couto, ou melhor constituída por dois coutos, o do centro paroquial e o do lugar de Vilar. As Inquirições [de 1288] mencionam o clérigo Pedro Martins, mas não trazem o nome do pároco. Segundo juramento dos moradores, a localidade foi coutada por D. Afonso Henriques a D. Soeiro Aires (de Valadares), que havia trocado com o Bispo de Tuy, e estava delimitada por marcos de pedra, de que havia documento mas que, contudo, não foi mostrado.

O padre Bernardo Pintor acrescenta que

o lugar de Vilar também era couto, mas não tinha limites demarcados, nem documentos, nem [os moradores] souberam dizer quem lhe conferiu tal privilégio. Estes dois coutos não satisfaziam quaisquer tributos. Para os leitores que ainda não saibam, devo explicar que coutos eram terra que tinham obtido do Rei, ou por vezes de fidalgos poderosos, certos privilégios relativos a impostos públicos e isenção do fisco real. (...) O referido lugar de Vilar devia ser um que existe entre Paderne e Alvaredo, meeiro das duas freguesias. Nas imediações devia ficar a igreja paroquial e povoação de S. Vicente cuja localização ainda não pude averiguar. (idem)

Na atualidade, conservam-se, na toponímia, a herança histórica dessas terras coutadas por D. Afonso Henrique, através dos lugares de S. Vicente e Vilar, este último junto ao limite com o antigo Couto do Convento de Paderne.

Em 25 de Fevereiro de 1312, D. Dinis anexou a Melgaço toda a terra de Valadares, mediante a renda anual de 300 libras em trocas dos direitos reais que ficavam a reverter para o concelho (PINTOR, 2005). Os moradores do termo de Valadares reclamaram ao rei e este voltou a conceder-lhes autonomia. Foi-lhe dada carta de foral, em Lisboa, a 1 de Julho de 1317 e em 1 de Junho de 1512 recebeu o Foral Novo de D. Manuel I. Alvaredo esteve assim integrado no concelho de Valadares até à extinção deste pelo decreto de 24 de Outubro de 1855.

## **2 - O que se diz de Alvaredo nos livros do século XVIII?**

Vamos centrar-nos no século XVIII e tentar compreender como viviam as gentes de Alvaredo nesta época nas fontes que conseguimos encontrar. Fomos pesquisar livros publicados durante este século e encontramos várias referências à freguesia. Como é que nos apresentam São Martinho de Alvaredo? Entre vários

livros, seleccionamos duas obras que falam da História e da freguesia na época.

Na Corografia do Padre Carvalho da Costa, publicada em 1706, o mesmo refere que Alvaredo

em algum tempo se chamou de Paderne, é curato anual com título de Vigairaria do Mosteiro de S. Fins dos Padres da Companhia de Jesus, com oito mil réis de ordenado, ao todo cincoenta mil reis, e para os Padres cento e vinte mil reis: tem cento sessenta vizinhos. Onega Fernandes senhora principal, sendo viúva, e tendo hábito de Religiosa deu a quarta parte desta Igreja a Dom Afonso, Bispo de Tui e àquela Sé em 15 de Abril da era de 1156, que é anno 1118, na qual confirmam seu filho Payo Dias e sua filha Aragonta Dias. Há nesta Freguesia duas Torres com alguma renda, chama-se uma de Vilar, outra a Torre somente, e de ambas são senhores os Marquezes de Tenorio. A que está defronte da Galiza é Solar dos Marinhos, que se entende haver sido do Dom Froyão, fidalgo Italiano, que veio a este Reyno com o Conde Dom Mendo ajudar a expulsar os Mouros dele. Entende-se que ele, ou algum filho fez esta Torre, e Casa solarenga de sua família, e não faz contra isto o que diz o Conde Dom Pedro, e outros Gallegos, que o segue, que os Marinhos são naturais da Galiza... (COSTA, 1706).

Uma outra obra de referência que nos fala de Alvaredo no século XVIII é o Dicionário Geographico do Padre Luís Cardoso, cujo Tomo I foi publicado em 1747. Nele, fala-nos de Alvaredo nestes termos:

Lugar na Província de Entre Douro e Minho, Arcebispado de Braga, Comarca de Valença, Termo da Villa de Valadares. Tem todo o corpo da freguesia duzentos e oito fogos, divididos pelos lugares seguintes: Bouças, Fonte, Maninho, Ferreiros, Granja e Coto.

A Igreja Paroquial he dedicada a S. Martinho Bispo, em algum tempo se chamou Paderne, o que hoje he Alvaredo; he curato annual, a que dão o título de Vigairaria do Mosteiro de S. Fins dos Padres da Companhia, com oito mil reis de ordenado; ao todo, cincoenta mil reis, e para os Padres cento e vinte mil reis.

Onega Fernandes, Senhora principal, sendo viúva, e tendo hábito de Religiosa, deu a quarta parte desta Igreja a D. Affonso Bispo de Tuy, e àquella Sé em 15 de Abril da era de 1156, que he anno de 1118, na qual confirmão seu filho Payo Dias, e sua filha Aragonta Dias.

Há nesta Freguesia duas Torres com alguma renda, chama-se huma de Villar, outra a Torre somente, e de ambas são Senhores os Marquezes de Tenório. A que está defronte da Galliza he Solar dos Marinhos, que se entende haver sido de D. Froyão, fidalgo italiano, que veio a este reino com o Conde D. Mendo a ajudar a expulsar os Mouros delle. Entende-se que elle, ou algum filho seu, fez esta Torre e Casa Solarenga da sua família; e não faz contra isto, o que diz o Conde D. Pedro, e outros Gallegos, que o seguem, que os Marinhos são naturaes de Galliza; porque naquella era, andava com ella mystica a nossa província. Casou com D. Marinha, de que teve a D. João Frojaz Marinho, que de sua mulher houve a Payo Annes, D. Gonçalo Annes, D. Pedro Annes, D. João Annes, e Martim Annes, que todos se appellidarão Marinhos: de hum sahio o Solar de Ulhoa, e de outro o de Imra: delles vem os Condes dos Mollares, Adiantados de Andaluzia, os Duques de Alcalá, e por aqui os mayores de Hespanha. Outros ficaram em Portugal, dos quaes erão aquelles dous irmãos, que servirão no Paço a El-Rey Dom Affonso III,

onde lhe succedeo com D. Vasco Martins Pimentel a pendência, de que faz menção o Conde D. Pedro.

Alguns dos já ditos passaram à Galliza, por casamentos, de que descendem muitas Casas daquelle Reyno, e na ribeira do Minho, Ponte de Lima, e outras partes.

Este Solar parece que passou a Pedro Alvares de Sottomayor, por casar com D. Elvira Annes, filha de João Pires Marinho, e terceira neta do dito D. Froyão, do qual matrimónio nasceo D. Elvira Pires, mulher de Fernão Gonçalves de Pias, Senhor do Solar de Pias, que se entende ser a Torre da Sobreira em Santiago de Pias, de que fallaremos em Monção; supposto outros o levão ao Reyno da Galliza.

Tem os Marinhos por Armas, em campo verde, cinco flores de Liz de prata em aspa, e por tymbre hum Serêa da sua cor com cabellos de ouro. Alguns trazem em campo de prata três ondas azuis, e de fora do escudo duas Sereas de pé tendo mão nelle. Assim estão em humas casas na rua de S. João dentro dos muros de Ponte de Lima, e são dos descendentes de Vasco Marinho, filho de Álvaro Vaz Bacelar de Monção, e por sua mãy dos Marinhos da Galliza, Senhor da Casa de Goyanes, junto à Ilha de Salvora no Arcebispado de Santiago, em que fizerão Solar porque desta Província passarão para aquella Reyno, aonde trazem quatro ondas na mesma forma com a serea por tymbre, e outros em campo azul cinco meyas flores de Liz de ouro em aspa.

A alguns pareceo tomarem este appellido, e Armas, por descenderem de hum mulher marinha, ou serea, mas he fábula: o certo foy por trazerem sua origem do Romano Gayo Mano, e desta família he o nosso santo portuguez S. Marino, que em Cesarea padeceo martyrio em dez de Julho...

Este último parágrafo é bastante curioso onde o autor começa por referir uma origem fantasiosa, baseada numa lenda, para a família dos Marinhos, senhores da Torre, em Alvaredo. Fomos tentar procurar a origem deste apontamento e demos com um texto no “Livro de Linhagens do Conde D. Pedro”, pessoa citada várias vezes no extrato transcrito. Esta obra, também chamada Terceiro Livro de Linhagens, é um livro de linhagens escrito na Idade Média por volta de 1344 por D. Pedro Afonso, conde de Barcelos, e filho do rei D. Dinis. Na referida obra, encontramos um capítulo com a secção LXXIII, com o título “Da Linhagem Donde Veem Os Marinhos, Donde O Mais Longe Sabemos; E Foram Naturaes Da Galiza”. Seguidamente, o Conde D. Pedro propõe uma origem para a família nobre dos Marinhos:

O primeiro foi huu cavaleiro boo que houve nome Dom Froiam, e era caçador e monteiro. E andando huu dia em seu cavalo per riba do mar, a seu monte, achou hua molher marinha jazer dormindo na ribeira. E iam com ele tres escudeiros seus, e ela, quando os sentio, quise-se acolher ao mar, e eles forom tanto empos ela, ataa que a filharom, antes que se acolhesse ao mar. E depois que a filhou a aqueles que a tomarom fe-a poer em hua besta, e levou-a pera sua casa. E ela era mui fermosa, e el fe-la bautizar, que lhe nom caia tanto nome nem huu como Marinha, porque saira do mar; e assi lhe pôs nome, e chamarom-lhe Dona Marinha. E houve dela seus filhos, dos quaes houve huu que houve nome Joham Foiiaz Marinho.

Esta lenda, com quase setecentos anos de antiguidade, é apenas isso, uma fábula sem qualquer relação com

a realidade, à exceção da existência de um cavaleiro chamado Dom Froyão, alcunhado de “Caçador”, um fidalgo de origem italiana e que viveu em Alvaredo em tempos medievais, na torre dos Marinhos, talvez ainda no século XII, onde hoje se situa o lugar da Torre. Aquele terá nascido por volta de 1170 e foi casado com uma tal Mariana Marinha. De facto, a Torre da família dos Marinhos em Alvaredo era muito antiga. Já existia no século XIII sendo que esta família viveu nesta freguesia durante muitas gerações. Temos notícia que um tal João Forjaz Marinho, que terá vivido entre 1210 e 1250, que foi Senhor Domus Fortis da Torre dos Marinhos. João Marinho terá nascido na Galiza, era Cavaleiro do Reino e foi governador por ordem real nas Terras de Valadares.

Quanto à Torre de Vilar, nada se diz nestas obras publicadas no século XVIII. Contudo, se vasculharmos as Inquirições de D. Dinis, aquelas que foram realizadas no ano de 1288, vamos encontrar parcas informações. Assim, por essa altura, o detentor da honra de Vilar era um tal Afonso Dinis, filho ilegítimo do rei D. Afonso III e de uma tal Marinha Pires de Enxara, como o próprio monarca afirma num documento de 1278, e pelo qual lhe doa um herdamento, situado em Vila Pouca, em Torres Vedras. Segundo as pessoas inquiridas pelos enviados do rei, a honra de Vilar, nesta freguesia, já existia desde, pelo menos, há cem anos, ou seja, desde finais do século XII (PIZARRO, 1997).

### **3 – São Martinho de Alvaredo no século XVIII**

#### **3.1 – A freguesia e os fregueses – alguns usos e costumes**

Nesta época, a freguesia pertencia ao concelho de Valadares. No domínio religioso, Alvaredo fazia parte da Arcebispado de Braga, comarca de Valença, e tinha o estatuto de vigairaria (NIZA, 1768), ou seja, o seu pároco era um vigário, de apresentação anual, direito detido pelo prior dos mosteiros de Sanfins e São João de Longos Vales, pertencentes à Companhia de Jesus, como procurador do reitor do Colégio de Coimbra.

Em meados do século, o padre de Alvaredo refere que

está esta freguezia situada em campina e della se descobre a vila de Melgaço prassa de armas e alguma parte de seu termo. E dista desta freguezia huma legoa. E também se descobrem algumas freguezias deste mesmo termo de Valladares distância de huma legoa e da Galiza várias freguezias que confrontam...

Em relação aos lugares localizados no território da freguesia, conforme vimos atrás, CARDOSO (1747) apenas refere os de Bouças, Fonte, Maninho, Ferreiros, Granja e Côtó, ainda que suspeitamos que estes seriam os maiores da freguesia em termos de dimensão do povoado e população, havendo outros de mais reduzida extensão. Uma forma de termos alguma noção do universo populacional dos diversos lugares da freguesia é compararmos o número de batismos e óbitos por lugar no início do século. Fizemos, para tal, a contagem dos batismos, por aproximação aos nascimentos, nos cadernos paroquiais da freguesia no período entre 1701 e 1710. Assim, notamos que os lugares de onde eram naturais mais crianças, na primeira década deste século foram, por ordem decrescente, Bouças, Ferreiros, Fonte, Maninho, Canda, Torre, Esteves, Coto e Souto tal como se apresenta na tabela seguinte.

Por outro lado, se analisarmos o lugar de residência dos óbitos no período referido (1701-1710), podemos referir que os lugares das Bouças, Maninho, Granja, Fonte, Canda e Ferreiros são aqueles onde mais pessoas faleceram no mesmo período.

Número de crianças batizadas, por lugar de residência dos pais/mãe, em Alvaredo (1701-1710)	
Lugar	Nº de crianças batizadas
Bouças	39
Ferreiros	29
Fonte	21
Maninho	16
Canda	10
Torre	10
Esteves	8
Coto	6
Souto	6
Outros lugares	49
<b>Total de crianças batizadas</b>	<b>194</b>

Número de óbitos, por lugar de residência, em Alvaredo (1701-1710)	
Lugar	Nº de óbitos
Bouças	21
Maninho	14
Granja	13
Fonte	9
Canda	9
Ferreiros	8
Outros lugares	39
<b>Total de óbitos</b>	<b>113</b>

Desta forma, estes lugares seriam aqueles que teriam maior dimensão e que apresentariam um efetivo populacional mais elevado no contexto da freguesia. Todavia, o padre de Alvaredo, em 1758, deixa-nos escrito a lista de lugares habitados na época e menciona que

está a paróquia situada no meio da freguezia no lugar de Sam Martinho. Tem as aldeias seguintes: Aldeia das Boussas, Fontainhas, Carrasqueira, Charneca, Sobreira, Fonte, Canda, Torre, Maninho, Ferreiros, Cotto, Sam Martinho; estes sempre são actualmente desta freguezia. Barbeito, Villar, Granja, estes são hum anno desta freguezia e outro anno são da freguezia de Paderne.

Importa esclarecer os caros leitores do estatuto deste lugares meeiros que existem em diversas freguesia deste concelho. Tal como lemos na anotação do vigário de Alvaredo, estes lugares efetivamente pertenciam a esta freguesia durante um ano e no seguinte pertenciam a Paderne, fazendo-a a mudança sempre depois do fim de Junho. Podemos elucidar este aspeto, citando o registo da Memória Paroquial de 1758 de São Paio, onde os lugares e Sante e Verdelha têm o mesmo estatuto e são meeiros também com Paderne. O sacerdote escreve que

...Sante, meeiro com Paderne em o qual entra a Verdelha que estes dous são da alternativa de São Paio e Paderne e neste prezente anno de 1758 até ao S. João [mês de Junho] são da alternativa de Paderne”. Seria lógico o ilustre leitor questionar como é que se faria em relação aos locais de enterramento dos falecidos residentes nestes lugares meeiros. Os mais velhos ainda conheceram estes costumes na primeira metade do século XX mas os outros podem ficar elucidados com o teor deste assento de óbito de um tal Pedro Lourenço, falecido nesta freguesia em Novembro de 1708. No mesmo, pode ler-se que “Aos dezassete dias do mês de Novembro de



mil e sette centos e oito annos, foi Deus servido levar Pedro Lourenço do lugar da Granja com todos os sacramentos e não fez testamento e está sepultado em Paderne por ser meeiro e este anno ser dessa freguezia de pello costume de Paderne conforme as suas possibilidades dous alqueires de pam, dois cabaços de vinho, dous testons de carne e de hum carneiro, hum cruzado e duas broas que tudo partimos a meio conforme he custume e por verdade fiz este termo...

A mesma regra se applicava aos batismos.

Torna-se importante salientar a referência, no assento transcrito no parágrafo anterior, a oferendas dadas pela família do falecido no âmbito dos rituais fúnebres. Era a chamada Obradação que segundo VITERBO (1798), corresponde a “Offertas, que se fazem pelas almas dos defuntos”, sendo que, na época, o ato de “Obradar um defunto” consistia em “oferecer alguma cousa ao Altar, e Ministros do Senhor para que roguem a Deos pela sua alma”. Contudo, a obradação era mais uma espécie de pagamento do que uma livre oferta ao pároco. Podia variar conforme o nível de rendimentos da família e estatuto social, sendo que era habitual ficar expresso no testamento por vontade da própria pessoa. Os costumes em relação àquilo que era oferendado, podiam variar de freguesia para freguesia, sendo que em São Martinho de Alvaredo o costume é descrito num curioso assento de óbito que a seguir transcrevemos:

Aos dezanove dias do mês de Abril de mil e sette centos e sette annos foi Deus servido levar da vida presente a Anna Vaz do lugar das Bouças com todos os sacramentos e fez testamento e (...) deixou de obradação no Corpo presente hum alqueire de milho, hum cabaço de vinho, seis arrateis de carne (...) e nesta parte he nulo o testamento porque testou contra o uso e costume desta Igreja porque pessoas de semelhantes bens he costume de dar dous alqueires de milho e dous cabaços de vinho, hum carneiro e hum prezunto e huma broa e dous vinteis de pam alvo...

Este é um exemplo de alguém que não era de elevado estatuto social e económico. Caso o defunto fosse rico e residente num dos lugares meeiros com Paderne (Vilar, Besteiro ou Vilar) e fosse enterrado na igreja daquela freguesia, pagaria de obradação ao pároco “três alqueires de pão, três cabaços de vinho, duas broas ou alqueire de pão, duzentos réis de carne, um carneiro ou quatrocentos réis, duzentos réis de esmola, um vintém de missa cantada, quatro palmos de fieira ou trinta réis...”, segundo os dizeres do Costumeiro de Paderne, confirmado em 1720. (PINTOR, 2003)

No início do século XVIII, segundo COSTA (1706), a freguesia tinha cerca de cento e sessenta fogos, que devia corresponder a uma população que rondaria os quatrocentos e cinquenta a quinhentos habitantes, e encontrava-se numa época de crescimento demográfico.

Para estudarmos um pouco da dinâmica populacional da freguesia na época, fomos, tal como já referimos, investigar os cadernos paroquiais e apurar os quantitativos de batismos, por aproximação aos nascimentos, e óbitos no período compreendido entre 1701 e 1710, ou seja, a primeira década desta centúria. Constatamos que na freguesia, por esta altura, nasceram entre 15 e 23 crianças por ano, em 1706 e 1701, respetivamente. Por outro lado, o número de indivíduos falecidos é, durante este período estudado, bastante inconsistente e oscila entre 5 óbitos, em 1701, e 20 falecidos, em 1706. Todavia, em termos de crescimento natural, ou seja, a diferença entre nascidos e falecidos, o saldo anual é quase sempre positivo, sendo o ano de 1706, a exceção, onde o saldo é negativo (15 batismos e 19 óbitos).



Nesta primeira década do século XVIII, foram batizadas na freguesia, no total, cento e noventa e quatro crianças (106 rapazes e 88 raparigas), ao passo que faleceram cento e doze pessoas (52 homens e 60 mulheres). Em face destes valores, o crescimento demográfico em Alvaredo, durante esta década, traduz-se num saldo positivo que rondaria os oitenta e dois indivíduos.

Batismos e óbitos na freguesia de Alvaredo no período 1701-1710			
Ano	Nº de Batismos	Nº de Óbitos	Batismos Óbitos
1701	23	5	18
1702	19	7	12
1703	19	5	14
1704	17	6	11
1705	16	14	2
1706	15	20	-5
1707	19	18	1
1708	23	13	10
1709	23	16	7
1710	20	9	11
<b>Total 1701-1710</b>	<b>194</b>	<b>113</b>	<b>87</b>

No início do século XVIII, em Alvaredo, uma larga maioria das famílias, no momento de batizar as suas crianças, escolhiam nomes de uma forma muito condicionada pela tradição religiosa, ligados a figuras bíblicas ou santos. Assim, temos em conta que foram batizados 106 rapazes durante o período compreendido entre 1701 e 1710. Se nos debruçarmos sobre os nomes escolhidos para os rapazes nascidos na freguesia, reparamos que João, Francisco, Manuel e António foram dados a mais de metade dos rapazes batizados (60), totalizando 56,7%, tal como nos é mostrado pela tabela abaixo apresentada. Nomes como José, Pedro, Luís e Domingos foram dados a um número reduzido de rapazes. Por último, temos um conjunto de nomes que não se repete, ou seja, foram atribuídos a apenas uma criança cada.

Por outro lado, foram batizadas 88 raparigas durante o período compreendido entre 1701 e 1710. Se atentarmos nos nomes escolhidos para as raparigas nascidas na freguesia, reparamos que o nome Maria se destaca dos outros, tendo sido atribuído a 28 crianças, que representa quase 32% do total de raparigas batizadas. Temos também nomes como Ana e Joana que foram dados a 13 e 11 crianças, respetivamente. Se somarmos as raparigas a quem foram dados estes nomes, totalizam cerca de 60% do total, tal como consta na tabela a seguir mostrada. Nomes como Domingas, Francisca, Isabel, ou Catarina também foram escolhidos, mas para um número reduzido de raparigas. Quase todos os outros nomes nunca se repetem, ou seja, foram atribuídos a apenas uma criança cada.

Neste período, quer para os rapazes, quer para as raparigas, regra geral, apenas é atribuído um nome próprio, havendo apenas raras exceções (três casos) da atribuição de um segundo nome, e sempre acontece com raparigas a quem foi atribuída a combinação dos nomes “Ana Maria”.

O crescimento populacional em Alvaredo no início do século XVIII apenas não é mais acentuado porque a mortalidade é algo inconstante, ainda que globalmente elevada. Tal comportamento estará relacionado com a irregularidade dos anos agrícolas, a ocorrência de surtos epidémicos, mas também com a presença de vários homens da freguesia na Guerra da Sucessão com Espanha, alguns dos quais tombaram neste período.

Nomes escolhidos (rapazes) no batismo em Alvaredo (1701 - 1710)		
Nomes	Nº de crianças	% do total
João	18	17
Francisco	16	15,1
Manuel	13	12,3
António	13	12,3
Outros	56	56,7
<b>Total</b>	<b>106</b>	<b>100</b>

Nomes escolhidos (raparigas) no batismo em Alvaredo (1701 - 1710)		
Nomes	Nº de crianças	% do total
Maria	28	31,8
Joana	13	14,8
Ana	11	12,5
Outros	36	40,9
<b>Total</b>	<b>88</b>	<b>100</b>

Podemos tomar como exemplo um tal Afonso de Caldas Lobato, clérigo, nascido nesta freguesia em 18 de Janeiro de 1654 e falecido na guerra, enquanto defendia uma trincheira, ali para os lados de Remoães, neste concelho de Melgaço. Vamos dar atenção ao assento de óbito que o pároco de Alvaredo escreveu e que nos conta as circunstâncias em que este filho desta terra perdeu a vida:

Aos vinte e sete dias do mez de Mayo de mil e sette centos e seis annos foi Deus servido levar da vida presente ao Rev. Affonso de Caldas Lobatto do lugar da Porreyra ou Cotto desta freguesia, de morte muito apressada no lugar do Salto, freguesia de Remoães, termo de Melgaço, estando atrincheirado com o Terço de Jácome de Britto da Rocha, Marechal de Campo, e ajudando a defender do inimigo, que estava para passar para o nosso Reyno, e na mesma trincheira lhe deu o inimigo com uma bala de artilharia de que ficou logo morto e morreu sem sacramentos mas tinha dito missa nesse mesmo dia não fez testamento e está sepultado no corpo desta igreja mais para o altar de São Sebastiam...

Entre outros exemplos, transcrevemos também o assento de óbito do Sargento Francisco Lobato de Araújo, que também era morador em Alvaredo e esteve envolvido na guerra com Espanha, embora tenha falecido noutras circunstâncias:

Aos onze dias de Novembro de mil sette centos e coatro annos faleceo da vida presente o Tenente de Cavallaria Francisco Lobatto d'Araújo, Commendador do Ábito de S. Tiago com todos os sacramentos e fez testamento que está na Caixa em Vianna e está sepultado na Capella Mor desta igreja por me pedir licença e no dia de que chegou da Campanha [guerra] e logo no mesmo à noite deo a alma ao Creador...

Segundo os costumes da época, o enterramento na capela mor era reservado a pessoas ilustres da comunidades e carecia de uma licença que era necessário pedir ao pároco. Note-se que, na época, o local em que era enterrado um defunto era, muitas vezes, influenciado pela posição social da pessoa. Segundo FERRAZ (2015), a prática do enterro nas igrejas foi iniciada ainda na Idade Média, pois acreditava-se que o enterro em solo sagrado eclesial ajudava a garantir a salvação, beneficiando as almas com os sufrágios aí celebrados. Todavia, se a capela mor, próximo do altar do Santíssimo era, mais frequentemente, para pessoas de mais alta posição social, o restante corpo da igreja, afastado dos altares, era, geralmente, para pessoas de menor condição sócio-económica. Os enterramentos no adro, regra geral, explicam-se por falta de espaço na igreja mas também era destinado a pessoas consideradas de baixo estatuto social ou moral.

Nesta primeira década do século XVIII, tal como antes alertamos, a mortalidade por doenças na infância

era acentuada. Assim, encontramos, com significativa frequência, assentos de óbito em que o pároco refere que a pessoa falecida era “menor”, ainda que fosse raro, nesta época, o pároco especificar a idade dos falecidos. Contudo, não era raro a ocorrência de surtos epidémicos de doenças, muitas vezes, contagiosas. Podemos mencionar, a título de exemplo, o falecimento de duas crianças com intervalo de um dia. De facto, nos dias 4 e 5 de Novembro de 1710, faleceram duas meninas de tenra idade na freguesia, algo que não era muito raro na época. Leiam-se os assentos:

Aos quatro dias do mês de Novembro de mil e sette centtos e dez annos, foi Deus servido levar Luíza solteira de catorze annos filha familiar de Martinho Pretto e de sua mulher Lucrécia Dominguez da Fonte com todos os sacramentos excepto o da Comunhão porque não estava capaz...” No dia seguinte, no lugar das Bouças, faleceu uma outra criança: “Aos cinco dias do mês de Novembro de mil e sette centtos e dez annos, foi Deus servido levar a Maria solteira de onze anos filha de Joam da Lama e de sua mulher Domingas Alvres do lugar das Bouças, sem sacramentos por me não avizarem...”

Na realidade, poderíamos citar um número significativo de casos semelhantes mas que nada iriam acrescentar.

Apesar da irregularidade da mortalidade, o crescimento da população em Alvaredo na primeira metade do século XVIII é evidente. O pároco, na Memória Paroquial em 1758, escreve que “tem esta freguezia neste prezente anno com alguns lugares meeiros à freguezia de Sam Salvador de Paderne, fogos inteiros e meios fogos dozentos e vinte...”, o que representa um acréscimo de cerca de oitenta fogos em relação ao quantitativo indicado pelo Padre Carvalho da Costa, na sua Corografia, no início do século. O vigário de Alvaredo acrescenta, em 1758, que a freguesia tinha “...entre auzentes e prezentes e menores seiscentas e treze” pessoas que residiam na mesma.

### 3.1.1 – Alvaredo na viragem para o século XIX

Podemos agora fazer um exercício comparativo entre a dinâmica populacional do início do século XVIII e a da viragem para o século XIX, utilizando a mesma metodologia. Para termos alguma noção do universo populacional dos diversos lugares da freguesia, comparamos o número de batismos e óbitos por lugar no início do século XIX. Fizemos, para tal, a contagem dos batismos, por aproximação aos nascimentos, e dos óbitos nos cadernos paroquiais da freguesia no período entre 1803 e 1812, aproveitando a disponibilidade dos livros paroquiais online, fator que nos facilitou esta tarefa. Assim, notamos que os lugares onde nasceram mais crianças, neste período, foram, por ordem decrescente, Fonte, Maninho, Bouças e Ferreiros, tal como se apresenta na tabela seguinte. Note-se que neste intervalo temporal estudado, registaram-se um total de 155 batismos, bastante abaixo das 194 crianças batizadas na primeira década do século XVIII.

Por outro lado, se analisarmos o lugar de residência dos óbitos no período referido (1803 -1812), podemos referir que os lugares das Bouças, Maninho, Fonte, Sobreira e Ferreiros são aqueles onde mais pessoas faleceram no mesmo período.

Comparando os totais de óbitos ocorridos nesta freguesia nos períodos 1701-1710 e 1803-1812, não há grandes mudanças. Na primeira década do século XVIII, temos registo de 109 óbitos, enquanto na década estudada no início do século XIX, verificaram-se 113 óbitos na freguesia.

Número de crianças batizadas, por lugar de residência dos pais/mãe, em Alvaredo (1803-1812)	
Lugar	Nº de crianças batizadas
Fonte	35
Maninho	31
Bouças	20
Ferreiros	16
Outros lugares	43
<b>Total de crianças batizadas</b>	<b>155</b>

Número de óbitos, por lugar de residência, em Alvaredo (1803-1812)	
Lugar	Nº de crianças batizadas
Bouças	24
Maninho	21
Fonte	13
Sobreira	8
Ferreiros	8
Outros lugares	35
<b>Total de óbitos</b>	<b>109</b>

Constatamos que na freguesia, na viragem para o século XIX, no período estudado, nasciam entre 10 e 20 crianças por ano, em 1806 e 1807, respetivamente. Por outro lado, o número de indivíduos falecidos é, durante este período estudado, bastante inconstante e oscila entre 5 óbitos, em 1804, e 21 falecidos, em 1805. Todavia, em termos de crescimento natural, ou seja, a diferença entre batizados (por aproximação aos nascidos) e falecidos, o saldo anual é quase sempre positivo, sendo os anos de 1805 e 1809, as exceções, onde o saldo é negativo. No primeiro, temos 17 batismos e 21 óbitos, enquanto que no segundo, registaram-se 16 crianças batizadas e 18 óbitos.

No período entre 1803 e 1812, foram batizadas na freguesia, no total, cento e cinquenta e cinco crianças (82 rapazes e 73 raparigas), ao passo que faleceram cento e nove pessoas (46 homens e 63 mulheres). Em face destes valores, o crescimento demográfico, excluindo os movimentos migratórios que não podemos contabilizar, em Alvaredo, durante esta década, traduziu-se num saldo positivo que rondaria os quarenta e seis indivíduos.

Batismos e óbitos na freguesia de Alvaredo no período 1803-1812			
Ano	Nº de Batismos	Nº de Óbitos	Batismos - Óbitos
1803	17	9	8
1804	16	5	11
1805	17	21	-4
1806	10	7	3
1807	20	10	10
1808	13	12	1
1809	16	18	-2
1810	19	9	10
1811	9	7	2
1812	18	11	7
<b>Total 1803-1812</b>	<b>155</b>	<b>109</b>	<b>46</b>

No início do século XIX, em Alvaredo, uma larga maioria das famílias, no momento de batizar as suas crianças, escolhiam nomes de uma forma muito condicionada. Tal afirmação é suportada pela pouca variedade de nomes postos às crianças. Todavia, ao longo do século XVIII, dá-se uma alteração da tradição

ao nível da atribuição dos nomes às crianças no batismo. Se até meados do século XVIII, a quase todas as crianças era atribuído um único nome próprio, paulatinamente, passaram a atribuir-se dois nomes próprios às crianças. No início do século XIX, nesta freguesia e no período estudado, das 155 crianças batizadas, apenas a 58 delas é que foi dado um único nome próprio, ao passo que a cerca de dois terços das crianças, foram dados dois nomes próprios. Na atualidade, esta prática é mais ou menos generalizada e tem origem neste século XVIII e a sua generalização ocorre entre os séculos XVIII e XIX.

Ainda relativamente aos nomes atribuídos às crianças de Alvaredo no início do século XIX, reparamos que os nomes escolhidos não variam muito, conforme se refere atrás. Tal como se cita antes, nasceram em São Martinho de Alvaredo, no período referido, 82 rapazes, a quem foi atribuído um total de 126 nomes próprios, entre nomes únicos, primeiros ou segundos nomes. No tocante aos nomes mais escolhidos para os rapazes nascidos na freguesia, reparamos que Manuel, José, Joaquim, António e João, foram dados, como primeiro ou segundo nome, em 94 ocasiões. Dos 82 rapazes, a 44 deles foram dados dois nomes próprios, enquanto que aos restantes foram atribuídos apenas um nome próprio no batismo. Assim, estes cinco nomes antes citados foram atribuídos a cerca de três quartos do total dos nomes atribuídos a rapazes no batismo, entre nomes únicos, primeiros ou segundos nomes. Outros nomes próprios como Bento, Matias ou Luís aparecem atribuídos a um número reduzido de rapazes, ao passo que temos um conjunto de nomes que não se repete, ou seja, foram atribuídos a apenas uma criança cada.

Nomes escolhidos (rapazes) no batismo em Alvaredo (1803 - 1812)		
Nomes	Nº de vezes em que o nome é escolhido	% do total
Manuel	32	25,4
José	22	17,5
António	15	11,9
Joaquim	13	10,3
João	12	9,5
Outros	32	25,4
<b>Total</b>	<b>126</b>	<b>100</b>

Nomes escolhidos (raparigas) no batismo em Alvaredo (1803 - 1812)		
Nomes	Nº de crianças	% do total
Maria	31	24
Rosa	16	12,4
Luísa	12	9,3
Joaquina	10	7,8
Outros	60	46,5
<b>Total</b>	<b>129</b>	<b>100</b>

Por outro lado, foram batizadas 69 raparigas durante o período compreendido entre 1803 e 1812, a quem foi dado um total de 129 nomes próprios, entre nomes únicos, primeiros ou segundos nomes. Se atentarmos nos nomes escolhidos para as raparigas nascidas na freguesia, reparamos que o nome Maria continua a destacar-se dos outros, tendo sido atribuído a 31 meninas, o que representa quase 45% do total de raparigas batizadas. Temos também nomes como Rosa, Luísa e Joaquina que foram dados a 16, 12 e 10 crianças, respetivamente. No tocante aos nomes mais escolhidos para as raparigas nascidas na freguesia, reparamos que os quatro nomes antes referidos foram dados, como primeiro ou segundo nome, em 69 ocasiões. Note-se que de um total de 69 raparigas batizadas na freguesia neste período, apenas a nove lhes foi atribuído um único nome próprio, ao passo que às restantes sessenta lhe foram dados dois nomes próprios. Assim, estes quatro nomes antes citados representam mais de 53% total dos nomes atribuídos a meninas no batismo, entre nomes únicos, primeiros ou segundos nomes.

Nomes como Joana, Ana, Francisca, ou Teresa também foram escolhidos, mas para um número reduzido de



raparigas. Quase todos os outros nomes nunca se repetem, ou seja, foram atribuídos a apenas uma criança cada. Note-se, por último, que a percentagem de meninas sem segundo nome próprio é muitíssimo inferior à dos rapazes.

Tal como mencionamos atrás, o crescimento populacional em Alvaredo, durante o século XVIII apenas não é mais acentuado porque a mortalidade é algo inconstante, mas globalmente elevada. No início do século XIX, a situação não era muito diferente, com a irregularidade dos anos agrícolas e a ocorrência de surtos epidémicos com uma certa frequência a contribuírem decisivamente para a inconstância dos valores da mortalidade. No período a que demos mais atenção (1803-1812), reparamos que nos anos onde se atingem os valores mais elevados de mortalidade (1805 e 1809), uma boa parte dos óbitos ocorridos, são de indivíduos com tenra idade.

Tomemos como exemplo o ano de 1805. Nesse ano, registaram-se 21 óbitos na freguesia, sendo que 12 deles são de crianças com 14 ou menos anos, o que corresponde a mais de metade dos óbitos nesse ano. A resposta para valores tão elevados ao nível da mortalidade na infância podemos encontrá-la bem documentada no caderno paroquial do registo de óbitos. Todas essas mortes ocorreram entre Maio e Novembro, tendo o pároco registado a causa de morte em boa parte dos assentos de óbito. Podemos prestar atenção ao seguinte assento de óbito: “Manoel Caietano, menor de seis annos, filho de Joaquim José da Rocha da Quinta da Barquinha desta freguezia de Alvaredo faleceo de Bexigas no primeiro dia do mês de Agosto de mil e oito centos e cinco e foi sepultado nesta igreja...” A expressão “bexigas” é, certamente, conhecida de muitos leitores e é uma antiga designação popular para a varíola, doença mortal para muitas crianças nesta época. No ano de 1805, faleceram, pelo menos, mais três crianças na freguesia com varíola, todos entre os meses de Agosto e Outubro.

Num outro assento de óbito, podemos ler: “Tereza Maria, filha de Luiz Manoel de Souza do lugar do Maninho desta freguezia, faleceo de Tabardilho, menor de seis annos aos vinte e hum dias do mez de Novembro de mil e oito centos e cinco e foi sepultado nesta igreja...” A febre do tabardilho era a mais usada designação para o tifo exantemático, doença infectocontagiosa que proliferava em ambientes com poucas condições de higiene e abundância de parasitas, característica transversal a todo o país na época. Em Alvaredo, em 1805, pelo menos duas crianças morreram devido a esta doença.

Com alguma frequência, as maleitas relacionadas com o aparelho digestivo também provocavam alguma mortalidade na infância. Atente-se neste assento de óbito: “João filho de Manoel Álvares do lugar da Canda desta freguezia de Alvaredo, menor de dezoito mezes, falleceo de Doença Lumbrical aos quinze dias do mez de Agosto de mil e oito centos e cinco e foi sepultado nesta igreja...” A expressão “doença lumbrical” deve estar relacionada com lombrigas ou outros parasitas. A proliferação destas doenças associadas a parasitas estavam muito relacionadas com a utilização de águas impróprias para consumo, como resultado da inexistência de uma efetiva rede de esgotos, e o consumo de alimentos em mau estado de conservação.

Noutros assentos de óbito, o pároco, para se referir a um tipo de doença sem a especificar, utiliza uma outra expressão, que podemos conferir neste outro assento de óbito: “Maria, filha de Francisco Besteiro do lugar da Fonte desta freguezia de Alvaredo, menor de dois annos, faleceo de mallina aos vinte e cinco dias do mez de Setembro de mil e oito centos e cinco e foi sepultada nesta igreja...” Segundo SAAVEDRA (1919) a expressão “mallina” era uma designação “que abrange, indistintamente, as febres tifóide e paratifóides e o tabardilho. Quási sempre refere-se à dotienenteria.”



Assim, a viragem para os “oitocentos” não traz grandes mudanças em relação à centúria anterior, ou seja, natalidade elevada e mortalidade, globalmente mais baixa, mas irregular. O saldo entre batismos e óbitos é quase sempre positivo, à exceção de anos em que a mortalidade atinge picos, para os quais muito contribuiu a mortalidade na infância. Aqui demos o exemplo do ano de 1805 que em Alvaredo foi trágico, já que mais de metade dos óbitos registados são de crianças menores de quinze anos, quase todas vítimas de um conjunto de doenças infectocontagiosas.

### 3.2 – A igreja paroquial e as capelas

Conforme já referimos neste modesto trabalho, nesta época, esta freguesia de São Martinho de Alvaredo, estava integrada no concelho de Valadares.

A atual igreja paroquial é, segundo NOÉ (2003), de construção seiscentista, embora não haja certezas e não excluimos a hipótese de resultar da reconstrução de uma outra mais antiga.

Em 25 de Maio de 1758, o pároco António Rodrigues de Moraes, escreveu na Memória Paroquial que era cura anual de “apresentação do prior dos mosteiros de Sam Fins e Sam João de Longos Vales da Companhia de Jesus, como procurador bastante do padre reitor do Colégio de Coimbra”. Acrescenta que “tem todos os anos oito mil reis de ordendo e com o pé de altar fará por tudo sessenta mil reis com rendimento sertos e insertos.”

Aquele sacerdote descreve a igreja de Alvaredo em meados do século XVIII nestes termos:

O orago desta freguezia he Sam Martinho. Tem os altares seguintes: o altar mor, o altar da Nossa Senhora do Rozario, o altar das Almas, o altar de Santo António, o altar da capela da Senhora da Expectaçam, o altar da capella de Sam Francisco, o altar da capella de Sam Miguel, tudo contíguo à mesma igreja. Tem esta igreja duas naves com três arcos. Tem a irmandade da Confraria das Almas.

Note-se que a feitura do altar de Santo António deve ter sido concluída na primeira metade do ano de 1736. Temos conhecimento que o “Registo da Provisão de Licença a favor do Juiz do Subsino e mais eleitos e oficiais da freguesia de São Martinho de Alvaredo, termo de Valadares, comarca de Valenca, para se benzer um altar com a imagem de Santo António, na sua freguesia” foi formalizado em 10 de Julho desse ano.

Sabemos também que em 25 de Setembro de 1747, foi feito o Registo de Provisão de Licença, a favor de uma tal D. Maria Madalena Antónia de Guimarães e Brito, viúva de João da Rocha e Brito, da freguesia de São Tomé de Agua, para que na sua capela de São Francisco, sita na igreja paroquial de Alvaredo, se possam celebrar os officios divinos.

Se até meados do século XVIII, o direito de apresentação do vigário de Alvaredo era detido pelo prior dos mosteiros de Sanfins e São João de Longos Vales, pertencentes à Companhia de Jesus, em 1759 tudo mudou. Isto porque em 3 de Setembro desse ano, o Rei Dom José proclama a “Lei de Extermínio, Proscrição e Expulsão dos seus Reinos e Domínios Ultramarinos dos Regulares da Companhia de Jesus”. A lei da expulsão dos jesuítas, fez reverter todos os seus bens para o erário régio.

Em 1774, a 4 de Julho, o rei D. José assinou uma lei que determinou a incorporação de todos os bens da extinta Companhia de Jesus no património da Universidade de Coimbra, que assumiu a sua administração. Assim, o direito de apresentação do vigário de Alvaredo passou para a Universidade de Coimbra.

Pouco tempo depois, aquela instituição mandou que se visitassem todas as igrejas da antiga Companhia de Jesus, entre as quais a de Alvaredo. Em relação a esta igreja de São Martinho, diz-se nas atas da visita que a igreja era semelhante às demais da zona, ou seja, humilde, tosca e pobre. A capela-mor tinha o forro quase perdido, o pavimento muito mal unido e as paredes muitas negras. O altar-mor tinha retábulo, que ainda podia servir. O corpo da Igreja pertencia aos fregueses, a sacristia era pequena e necessitava de muitos reparos, assim como a capela-mor, os quais foram mandados fazer e constavam dos apontamentos anexos. Em relação ao passal, o mesmo era da mesma qualidade e rendimento do das igrejas vizinhas, podendo render para o pároco, tiradas as despesas, cerca de 8\$000. Assim, a Universidade de Coimbra cobrava os dízimos da freguesia e apresentava o cura anualmente e tinha a obrigação de reparar ou reedificar a capela-mor, sacristia e dar todos os paramentos necessários para as mesmas, pertencendo ao povo tudo o que dissesse respeito ao corpo da Igreja. Devia também dar ao pároco côngrua suficiente, bem como mandar pregar dois sermões na Quaresma.

Além da igreja paroquial, o pároco de São Martinho de Alvaredo acrescenta, na Memória Paroquial em 1758, que

tem esta freguezia no lugar de Villar a capella de Sam Pedro da qual é administrador Thomé Estevez. Tem mais a capella de Sam Vicente no lugar do Maninho que he dos moradores da freguezia. Tem mais a capella da Senhora dos Remedios, situada na estrada que vai de Valladares para a villa de Melgaço, a qual nam tem fábrica alguma.

A capela de São Vicente viria a ser reedificada em 1814 e transladada para o Monte de São João na década de cinquenta do século passado e atualmente é dedicada a São João Batista. Segundo COSTA (1981), a imagem de São Vicente que se encontra dentro da capela seria a primitiva que se encontraria na velha capela de edificação medieval.

Quanto à capela de São Pedro, o pároco de Alvaredo, em 1758, situa-a no lugar de Vilar mas a mesma também aparece referida na Memória Paroquial de Paderne. Na mesma, o memorialista menciona que “tem o lugar de Barbeito a capella de São Pedro, que hum anno pertence a esta freguezia e outro a São Martinho de Alvaredo, na qual está hum altar com a imagem do Santo [S. Pedro] e outra de Santo António, nos dias em que se celebram os Santos das taes capellas, concorre alguma gente.” Na realidade, a sua localização encontra-se nas proximidades dos dois lugares já que, aparentemente, os moradores de ambos os lugares se serviam, na época, desta capela. Podemos suportar esta afirmação no facto de, em meados do século XVIII, ter sido feito um Registo de Provisão a favor dos moradores do lugar de Vilar e Barbeito, para que nessa capela pudessem ter um confessionário. Tal registo foi formalizado a 19 de Maio de 1751.

Não se faz aqui referência à capela de São Brás por esta ser de construção posterior a este século XVIII, que aqui quisemos aflorar um pouco.

Não terminamos este modesto artigo sem referir que, como o caro leitor pode imaginar, a freguesia de Alvaredo era, no século XVIII, eminentemente agrícola. O pároco menciona, em 1758, que “colhem os mora-

dores milho, vinho centeio, feijoins...”, embora o memorialista fosse algo lacónico e pouco pormenorizado. Certamente que não estamos longe da verdade se pensarmos que a freguesia vizinha de Penso não teria uma realidade muito diferente em termos agrícolas. O padre da dita freguesia escreveu, nesse mesmo ano, que “Os frutos que se colhem em maior abundância são milho, centeio e vinho e centeio e castanha e linho, pouco trigo e feijam e frutas de várias castas com abundância.”

Por último, o vigário faz ainda referência ao rio Minho, que passa na freguesia, e à sua importância para as suas gentes. Assim, regista que

a respeito dos rios nesta freguesia, he o seguinte (...) Somente corre do Nacente para o Poente o rio Minho, que corre muito caudelloso, nam he navegável (...) Corre o dito rio todo o ano (...) Cria este rio bogas, trutas, saveis, lampreias, salmoins (...) E estes ordinariamente só pescam mês de Março e Abril e Maio e Junho. São pescarias sujeitas ao Senhor Infante de Portugal de que lhe pagam décima e he o Senhor deste termo.

## Bibliografia

- Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. Portugaliae Monumenta Historica. Edição Crítica por José Mattoso, v. I e v. II. Publicações do II Centenário da Academia das Ciências. Lisboa: 1980.
- CAPELA, José Viriato (2005) - As freguesias do Distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758. Alto Minho: Memória, História e Património Casa Museu de Monção/Universidade do Minho.
- CARDOSO, Luís (1747) - Dicionario geografico ou noticia historica de todas as cidades, villas, lugares, e aldeas, rios, ribeiras, e serras dos reynos de Portugal, e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontrão, assim antigas, como modernas, que escreve, e offerece ao muito alto, e muito poderoso rey D. Joam V. Regia Officina Silvana, Lisboa.
- FERNANDES, A. de Almeida (1997) - Paróquias Suevas e Dioceses Visigóticas. Arouca.
- FERRAZ, Norberto (2015) - A última morada dos defuntos: os locais de sepultura na Braga setecentista. In: Horizonte, Belo Horizonte, V. 13, nº 38.
- COSTA, Avelino de Jesus da (1981) - A Comarca Eclesiástica de Valença do Minho (Antecedente da Diocese de Viana), Comunicação apresentada no 1º Colóquio Galaico Minhoto, Associação Cultural Galaico-Minhota, Ponte de Lima, 1981, Vol. 1.
- COSTA, Padre António Carvalho da (1706) - Corografia Portuguesa, tomo I, Valentim da Costa Deslandes, Lisboa;
- MATTOSO, José (1988) - Identificação de um País. Oposição, Ed. Estampa, Lisboa, Vol.1.
- MATTOSO, José (1988) - Identificação de um País. Composição, Ed. Estampa, Lisboa, 1988, Vol. 2.
- NIZA, Paulo Dias de (1748) - Portugal sacro-profano, ou, Catálogo alfabético de todas as freguezias dos reinos de Portugal, e Algarve... Officina de Miguel Manescal da Costa, Lisboa.
- NOÉ, Paula (2003) – Igreja Paroquial de Alvaredo/Igreja de São Martinho. Em linha em [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=9021](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=9021). (Consultado em 24 de Agosto de 2024.)
- Parochiale sueuum. Itineraria et Alia Geographica. In Corpus christianorum. CLXXV: p, 411-420. Typography Brepols Editores Pontificii, 1965.
- PINTOR (1948) – XXIX – Antigas freguesias que desapareceram. In: A Voz de Melgaço, edição de 15 de Agosto de 1948.
- PINTOR, Bernardo (2003) - Melgaço Medieval, in “Obra Histórica-I”, Ed. Rotary Clube de Monção.
- PINTOR, Bernardo (2003) – Paróquia do Mosteiro de S. Salvador de Paderne (Alto Minho): Costumeiro de 1720, in “Obra Histórica-I”, Ed. Rotary Clube de Monção.
- PIZARRO, José Augusto Sottomaior (1997) – Linhagens Medievais Portuguesas - Genealogias e Estratégias (1279-1325), Volume 1. Dissertação de Doutoramento em História da Idade Média, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.
- SAAVEDRA, Alberto (1919) – A Linguagem Médica Popular. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Medicina do Porto, Porto.
- VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de (1798) - Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram. 2ª Edição revista, correcta e copiosamente adicionada de novos vocábulos, observações e notas críticas com um índice remissivo, Edição de A. J. Fernandes Lopes, Lisboa.



























- 2 Paisagem do rio Minho, em data desconhecida.
- 7 Alvaredo em dia de neve, 1988, a partir do lugar da Corredoura.
- 7 Alvaredo a partir da Corredoura, década de 1960.
- 9 Dia de neve em Alvaredo, 1988.
- 10 Emília Sanches à janela, na Carreira, anos 70.
- 12 Espigueiros de Alvaredo, em data desconhecida.
- 30-31 Gaudêncio Fernandes, Álvaro Francisco Rodrigues (tio de Gaudêncio) e Águeda Martins, na Sobreira, década de 1960.
- 32 Maria Adelina Gonçalves, no lugar de Padreiro, entre os finais da década de 1950 e início de 1960.
- 32 Dorinda Pinheiro, em 1971-1972.
- 33 Maria Teresa Duro na Feira Popular de Lisboa, década de 1960.
- 34 Fernando Alves, na Corredoura, nos anos 1960.
- 35 Procissão, possivelmente por ramos, identificando-se Maria Gomes e Alice Alves em frente ao andor, em data e local desconhecidos.
- 36 As “Alminhas da Barqueira”, em 1962.



# ROMEIROS DE SÃO BRÁS

Palmira Pereira

S. Brás não é um santo popular, mas é um santo milagroso. É devoto das dores da garganta.

Festeja-se no dia 3 de fevereiro.

É uma festa religiosa, que consta de uma missa cantada com sermão.

Durante o dia chegam pessoas de noutras localidades rezar a S. Brás e contribuir com alguma esmola, comprar uma garganta ou uma cabecinha de cera e dar com elas três voltas à capela.

É um ritual feito sempre da mesma maneira.

Em tempos passados, hoje já não se faz, quem pedia ajuda a S. Brás, para curar os seus males, pagava essa ajuda com os romeirinhos.

Os romeirinhos eram grupos de crianças (não havia um número certo).

Saíam de casa de quem devia a promessa, vinham a pé até à capela de S. Brás. Durante o percurso entoavam quadras alusivas ao santo.

Durante o dia chegavam a S. Brás romeirinhos da freguesia e das localidades mais próximas.

Quem fazia, por vezes, as quadras era a senhora Maria, mais conhecida pela Maria Borreta, porque morava no lugar do Borreto.

As crianças gostavam de ir de romeirinhos, porque no final era-lhes servido um lanche conforme as possibilidades da pessoa que os chamava.

## Quadras

Ó senhor S. Brás  
Que estais no altar  
Abri-nos a porta  
Queremos entrar  
[x2]

Ó senhor S. Brás  
Depressa depressa  
Nós vimos de longe  
Pagar a promessa  
[x2]

Ó senhor S. Brás  
Da capela branca  
Curai-nos as dores  
Da nossa garganta  
[x2]

Ó senhor S. Brás  
Que estais no altinho  
Cobri-nos a todos  
C'o vosso mantinho  
[x2]

Ó senhor S. Brás  
Estrelinha do Norte  
Vós destes a vida  
A quem estava à morte

A quem estava à morte  
Mas não morreu  
O senhor S. Brás  
Foi quem lhe valeu





# HOMENAGEM À TIA AURORA

Fátima Mira

Nascida e criada numa aldeia. Viúva, sem filhos, muito apegada à terra. Terra esta cheia de tradições e costumes, que o tempo foi corroendo devido à saída da juventude.

Muito ligada à causa religiosa, viveu intensamente todas as manifestações em prol da mesma causa, desde participar no coro vocal, tapetes, festas e romarias, e angariação de fundos.

Para além disso, era uma mulher de sete ofícios, que se dedicava ao comércio numa mercearia que possuía, onde, na altura, existia um posto de correio que funcionava muito bem. Até diria: melhor que hoje! Emitiam-se telegramas, cartas registadas com aviso de receção e encomendas postais. Era engraçado, porque o correio era lido em voz alta àquela hora, ninguém faltava.

Funerária, já naquela altura um bocado à frente. Era ela que fazia os Frontais para a ornamentação das casas, e tratava dos serviços legais. Inovava, não parava no tempo.

Mas não ficava por aqui. Costurava, tricotava, fazia lindas colchas de crochet e toalhas em linho bordadas. Criava dois porcos, cuja carne depois vendia salgada e fumada, e os deliciosos chouriços. Também tinha uma toura e trabalhava os campos.

Cozia broa de milho para vender, duas vezes na semana e duas vezes no dia. Ainda conseguia tempo para ir dar injeções ao domicílio, ensinada pelo sr. Dr. António Cândido Esteves no Hospital da Misericórdia de Melgaço. Assim como cozinhou em casamentos da terra, a custo zero.

Com um relacionamento muito fácil, sabia convencer todas as pessoas, sobretudo as mais jovens, a participar nas ações de índole cultural relacionadas com a freguesia. Desde marchas populares, concursos de vestidos de chita, teatros... etc.

Fez parte da Junta de Freguesia.

Foi florista, que sempre acompanhava a actualidade e onde trabalhou quase até ao fim da vida.

Muito estimada e acarinhada por toda a gente: a tia Aurora! Como assim era tratada.

Sempre a mostrar o espírito jovem que ela soube esconder até à data em que Deus a levou, com cerca de 90 anos.

Figura ímpar do nosso meio, deixou um legado que jamais será esquecido e que todos nós recordamos com imensa saudade.





















38 Pormenor de vinhas.

40 Aurora Martins, na década de 1990, preparando o tapete para receber a visita do Bispo.

42 Homem conhecido como o “cabo Faria” acompanhado de duas amigas, década de 1950, no Peso.

43 Irene das Bouças, à esquerda, e Elvira Araújo à direita, acompanhadas de um amigo de Lisboa, nas Bouças, década de 1960.

44-45 Maria Adelina Gonçalves no dia de casamento, acompanhada do padrinho Augusto Santos, a 9 de setembro de 1967.

46 António Besteiro a lavar a roupa na França, 14 de Abril de 1963.

47 Virgínia Barreiros, Blandina Soares e Emília Sanches, na Carreira, início anos 70.

48 José Certal escreve carta para a esposa, no Mindelo, em Cabo Verde, 1975.





# Os Expedicionários de S. Martinho de Alvaredo na Grande Guerra (1914-1918)

Valter Alves

## 1. De Melgaço à Flandres - introdução

Foi há pouco mais de 100 anos que os primeiros soldados do contingente que Portugal enviou para combater em França na I Guerra Mundial, chegaram à Flandres. Em África, já combatiam os alemães desde 1914.

Com base nos dados de que dispomos, de Melgaço, partiram para a Flandres, 76 homens, oriundos das diversas freguesias. Estes homens foram autenticamente “roubados” às suas vidas e obrigados a ir para uma guerra para a qual não estavam preparados. Paderne, com 14 homens, Penso, com 12 homens e Vila, com 14 homens são as freguesias melgacenses que mais contribuíram em termos de número de efetivos. De São Martinho de Alvaredo, saíram cinco soldados. Estes homens da nossa terra, feitos soldados, tinham todos à data do embarque, idades entre 22 e 27 anos completos (nascidos entre 1891 e 1895), à exceção dos oficiais que eram um pouco mais velhos.

Assim, entre Janeiro e Novembro de 1917, partiram estes homens do Cais de Alcântara (Lisboa), rumo ao porto de Brest (França) numa viagem de navio de vários dias. Daí seguiram de comboio até à zona sul da Flandres francesa perto de Armentières, nos vales dos rios Lys e Aire.

Depois de uma curta estadia em Brest, porto de desembarque das tropas portuguesas, seguiu-se o transporte, de comboio, até à região de “Aire”, zona destinada às tropas do Corpo Expedicionário Português.

E foi num clima agreste, de neve, chuva e frio, língua e costumes tão diferentes dos seus, que estes homens da nossa terra e as tropas portuguesas tiveram de suportar mais de um mês de treino complementar, junto do exército britânico, para se poderem “familiarizar” com as armas inglesas com que iam combater e com as novas formas da guerra que iam conhecer de perto.

Na frente europeia, dos 76 homens naturais de Melgaço que partiram, 10 morreram caídos em combate ou devido a outras causas como doenças. O primeiro melgacense a morrer em combate foi o soldado António Alberto Dias, natural do lugar da Verdelha (Paderne) que faleceu a 9 de Outubro de 1917 na Flandres (França).

Quatro dos caídos em combate, faleceram durante a Batalha de La Lys (9 de Abril de 1918). Foram eles os soldados José Cerqueira Afonso, de Paços (Melgaço); José Narciso Pinto, de Chaviães; João José Pires, de Paços e o segundo sargento António José da Cunha, natural da freguesia de Santa Maria da Porta (Vila de Melgaço). O último pertencia ao 6.º Grupo de Baterias de Metralhadoras e os três primeiros eram soldados que pertenciam à 4ª Brigada de Infantaria do C.E.P. (Corpo Expedicionário Português), Regimento de Infantaria n.º 3 (Viana do Castelo). Esta era conhecida como a Brigada do Minho, a que pertenciam a grande maioria dos soldados melgacenses, e já tinha conquistado uma reputação de bravura na frente de batalha muito antes de lhe ser confiada, em Fevereiro de 1918, a defesa do sector de Fauquissart, em Laventie, na Flandres francesa, perto da fronteira com a Bélgica, onde ainda se encontrava nesse fatídico dia 9 de Abril de 1918, quando foi dizimada pelos alemães na dita batalha de La Lys.

Os soldados da Brigada do Minho tinham passado a noite de 8 para 9 de Abril a arrumar armamento, munições e outros equipamentos e seus pertences. Iam ser rendidos por batalhões ingleses no dia 9 e hoje em dia acredita-se que os alemães sabiam disso. Sabiam também que a infantaria portuguesa não estava preparada para aquela guerra e que tinham sido treinados à pressa numa falácia vendida pelo regime republicano que apelidaram de “Milagre de Tancos”. Os soldados de Melgaço e de outras regiões eram lavradores, pedreiros e de outros ofícios. Muitos deles nunca tinham saído da sua terra. A grande maioria nem sabia ler e escrever. Um soldado não se faz num par de meses. Esta batalha foi, por essas e outras razões, um dos maiores desastres de toda a História Militar portuguesa. No dia seguinte, chegara a hora de contabilizar as baixas: 398 mortos (369 praças e 29 oficiais) e uma esmagadora maioria de prisioneiros (6585, dos quais 6315 eram praças e 270 oficiais). Na 4ª Brigada de Infantaria, à qual pertenciam a maioria dos melgacenses, as baixas situam-se em cerca de 60% entre mortos, feridos e prisioneiros. No Regimento de Infantaria 3 (Viana do Castelo), as baixas cifram-se em 570, de um total de 700 homens que estavam em posição naquela noite. Deste total de baixas, houve registos de 91 mortos (4 de Melgaço), 155 feridos, 7 desaparecidos e 317 soldados feitos prisioneiros. Deste total de prisioneiros de guerra, nove soldados eram melgacenses. Inicialmente, estes homens foram dados como “desaparecidos em combate” e esse facto foi comunicado às famílias. Vários meses mais tarde, após o fim da guerra, em Novembro de 1918, a Comissão dos Prisioneiros de Guerra, comunicou que estes homens se encontravam em campos de prisioneiros na Alemanha, pondo fim a meses de sofrimento dos soldados e das suas famílias que os julgavam mortos. Na realidade, estes melgacenses foram todos capturados durante a batalha e levados para campos de prisioneiros na Alemanha. Eram eles, os soldados Mário Afonso, de Santa Maria da Porta; António Fernandes, de Penso; Abílio Alves de Araújo, da Gave; Avelino Fernandes, desta freguesia de Alvaredo; António José Rodrigues, de Paderne; Inocêncio Augusto Carpinteiro, de S. Paio; Justino Pereira, de Cubalhão; António dos Reis, da Rua Direita (Santa Maria da Porta) e António Pires, de Rouças, tendo ficado dispersos por vários campos de prisioneiros na Alemanha.

Depois de La Lys, o C.E.P. não mais participou em operações militares relevantes, ficando na dependência dos ingleses e relegado para tarefas secundárias.

Os que tombaram, repousam para sempre no Cemitério Militar Português de Richebourg l'Avoué (França). Os que regressaram, muitos deles voltaram com os traumas próprios de um conflito que a humanidade

nunca tinha conhecido ou com os problemas de saúde que os acompanharam durante o resto das suas vidas. Por tudo isto, estes homens foram heróis e merecem a nossa homenagem. Para que nunca sejam esquecidos!

## **2. Os expedicionários de São Martinho de Alvaredo no CEP**

Daremos agora especial atenção aos soldados de São Martinho de Alvaredo que integraram o Corpo Expedicionário Português e que combateram nas trincheiras da Flandres Francesa entre meados de 1917 e Novembro de 1918. Foram eles António Besteiro, do lugar da Carrasqueira; Avelino Fernandes, do lugar de Ferreiros; Abel Fernandes, do lugar da Fonte; Nicolau de Souza Lobato, do lugar da Charneca e Artur Domingues do lugar do Maninho. Os três primeiros pertenciam à célebre Brigada do Minho (4ª Brigada de Infantaria do Corpo Expedicionário Português), enquanto que o soldado Nicolau Lobato integrava o Regimento de Cavalaria 4 e o soldado Artur Domingues pertencia ao 1º Esquadrão de Remonta.

Todos regressaram vivos da guerra, ainda que o soldado Avelino Fernandes tenha sido feito prisioneiro e levado para um campo de prisioneiros na Alemanha, onde permaneceu cativo durante alguns meses. Apresentamos aqui as informações que conseguimos apurar acerca do percurso de cada um deles durante a guerra:



1 - Avelino Fernandes, Soldado do Batalhão de Infantaria nº 3 (Viana do Castelo), 4.ª Brigada do Corpo Expedicionário Português (2ª Divisão).

Nasceu às três horas da manhã do dia 7 de Novembro de 1893, filho de Francisco Fernandes e Libania Martins Peixoto, natural do lugar de Ferreiros, freguesia de Alvaredo, neste concelho de Melgaço.

À época da sua partida para a guerra, encontrava-se casado com Justina Domingues Caldas desde 4 de Janeiro de 1913.

Embarcou para França em 18 de Abril de 1917 integrado no Corpo Expedicionário Português, portador da chapa de identificação nº 49 462, onde pertenceu à celebre Brigada do Minho.

Do seu percurso no cenário de guerra, em França, pouco se sabe. Sabemos que participou na trágica Batalha de La Lys. Nessa batalha, a 9 de Abril de 1918, desapareceu em combate. Em Novembro de 1918, no final do conflito, por comunicação da Comissão dos Prisioneiros de Guerra, verificou-se que o soldado Avelino Fernandes constava nas listas de prisioneiros de guerra internados em campos alemães. Tinha sido feito prisioneiro pelos alemães durante a referida batalha e levado para o Campo de Prisioneiros de Dulmen (Alemanha).

O soldado Avelino Fernandes viria a sobreviver à guerra. Ainda se encontrava no campo de prisioneiro em 17 de Dezembro de 1918. Seguiu para a Holanda onde embarcou no navio inglês "Northwestern Miller" em 12 de Janeiro de 1919, tendo desembarcado no Cais de Alcântara, em Lisboa no dia 18 de Janeiro de 1919. Viria a falecer às seis horas do dia 6 de Agosto de 1964, na freguesia de Alvaredo, concelho de Melgaço.



49.462



## 1.º Corpo Expedicionario Português

Serviço de Estatística

Modelo A

(a) 4.ª B.ª J.

(c) 2.ª companhia

(b) 1.º B.ª (J 3)

(d)

Placa de identificação n.º 49462

Boletim individual de (e) Chelino Fernandes

(f) soldado 389

de estado Casado

(g) Justina Rodrigues Cabral, filho de Francisco Fernandes  
e Libânia e Bartolomeu Turatonatural de Alvaredo, Alentejo, P. do Brasil. O parente mais próximo é  
seu brother residente em Alentejo, Alentejo

Embarcou em Lisboa em 15 de Abril de 1917

Desembarcou em Alentejo em 1 de Janeiro de 1917

## Observações

Desaparecido em 7 de Abril de 1918. Por Comunicacao da  
Comand. de Prisioneiros de guerra por parte Pri  
mario sendo entregue ao Campo de Desembarque.  
2.º Presente em 14 de Dezembro de 1917 de Holanda  
para Portugal no "North West Miller" em 12.1.1917  
e desembarcou em Alentejo

(a), (b), (c) e (d) Indicação do regimento, batalhão, formação, grupo, companhia, esquadra ou bateria de que o mobilizado faz parte; (e) nome completo do mobilizado; (f) posto e serviço que desempenha, e sendo praça de pré, indicar o respectivo numero; (g) indicar o nome da pessoa com a qual o mobilizado é casado ou de quem é viúvo ou divorciado.

2 - Abel Fernandes, soldado do Batalhão de Infantaria nº 3 (Viana do Castelo), 4.ª Brigada do Corpo Expedicionário Português (2ª Divisão).

Nasceu à meia noite do dia 19 de Abril de 1894 no lugar da Fonte, freguesia de São Martinho de Alvaredo, filho de Bento Fernandes e de Ana Pires, ambos lavradores.

À data da sua partida para a guerra, encontrava-se solteiro e era morador no lugar da Fonte, freguesia de Alvaredo, deste concelho de Melgaço.

Embarcou para França integrado no Corpo Expedicionário Português a 22 de Abril de 1917, onde pertenceu à célebre Brigada do Minho.

Em ALVES & ROCHA (2018), conta-se que “num artigo intitulado «Novas de França», pode ler-se uma carta sua, com data de 18/5/1917, dirigida ao capitalista de Alvaredo Manuel José Fernandes. Entre outras coisas, contava-lhe: “Eu e todos os meus camaradas estamos prontos a sacrificar a nossa vida para darmos liberdade aos povos pequenos...” E mais à frente: “Nós estamos em uma aldeia de quatrocentos e cinquenta habitantes, gente boa e amável...”

Já no cenário de guerra, em França, foi colocado na 1ª Bateria de Morteiros Pesados em 25 de Outubro de 1917, onde se encontrava na 1ª linha de defesa das posições.

Terá combatido na Batalha de La Lys em 9 de Abril de 1918, tendo inclusivamente recebido um louvor “pela boa vontade e inteligência com que desempenhou todos os serviços de serralheiro de que foi encarregado durante o tempo que a bateria esteve na 1ª linha de que resultou todo o pessoal estar bem alojado e com comodidades o que concorreu para a saúde do pessoal” (Louvor pelo Comandante do Batalhão em 11 de Abril de 1918).

Sobreviveu à guerra, tendo embarcado no porto de Embarque de Cherbourg (França), com destino a Portugal e desembarcado em Lisboa, no Cais de Alcântara, em 9 de Junho de 1919.

Depois de voltar da guerra, casou com Alzira Domingues no dia 4 de Fevereiro de 1922. Viria a falecer na freguesia de S. Martinho de Alvaredo em 24 de Novembro de 1984.



# Corpo Expedicionario Português

Serviço de Estatística

(a) 5º Regimento  
(b) 1º Batalhão

199 49954

(c) 4ª Companhia

Carreira

(d)

Placa de identidade n.º 49954

Boletim individual de

(e) Abel Fernandes

(f) Soldado de Infantaria

de estado solteiro

(g)

filho de

Beato Fernandes

des

e de

Ana Pires

natural de

Alcáçovo - Alagoas - Província de Pernambuco

O parente vivo mais próximo é

seu pai

residente Alagoas - Alagoas

Embarcou em Lisboa em

22 de abril

de

1917

Desembarcou em

Lisboa

em

4 de

Outubro de 1918

## Observações

Colocado no 1º Reg. de Inf. de 1.ª Div. em 1.ª de Outubro de 1917  
Exercendo, pela boa vontade e inteligência com que  
desempenhou todos os serviços de umathier de que foi  
encarregado durante o tempo que a bateria esteve na  
1.ª linha, de que resultou todo o pessoal estar bem ab-  
sajado e com comodidades e que converteu para a  
saude de pessoal. (C. de Bal. de 1.ª de 1918).  
Colocado no 2.º Reg. de Inf. de 1.ª Div. em 1.ª de Outubro

(a), (b), (c) e (d) indicação do regimento, batalhão, torção, grupo, companhia, esquadra ou bateria de que  
o mobilizado faz parte; (e) nome completo do mobilizado; (f) posto e serviço que desempenha, e sendo praça do pré,  
indicar o respectivo numero; (g) indicação do nome da pessoa com a qual o mobilizado é casado ou de quem é viúvo  
ou divorciado.

3 - Nicolau de Souza Lobato, soldado *chauffeur* do Regimento de Cavalaria nº 4 do Corpo Expedicionário Português.

Nasceu no dia 17 de Janeiro de 1895 no lugar da Charneca, freguesia de São Martinho de Alvaredo, filho de José de Souza Lobato e de Hermínia da Glória Domingues.

À data da sua partida para a guerra, encontrava-se solteiro e era morador no lugar da Charneca, freguesia de Alvaredo, deste concelho de Melgaço. Embarcou para França integrado no Corpo Expedicionário Português a 21 de Abril de 1917.

Já no cenário de guerra, em França, desempenhou sobretudo serviço de condutor no Parque Automóvel do Corpo Expedicionário Português. Viu-se frequentemente envolvido em vários episódios de indisciplina. Baixa à ambulância 5 em 29 de Outubro de 1917, tendo tido alta em 2 de Novembro. Em 13 de Novembro do mesmo ano, volta a baixar à ambulância, tendo alta no dia 17 do mesmo mês e ano.

Em 4 de Fevereiro de 1918, foi punido pelo “Sr. Comandante do 3º Grupo Automóvel com 2 dias de detenção porque tendo ido à revista de saúde e dizendo-lhe ser facultativo para não sair da enfermaria sem tomar um purgante, não cumpriu esta ordem”.

Em 30 de Maio de 1918, volta a envolver-se num episódio de indisciplina, tendo sido punido “pelo Sr. Comandante do Parque Automóvel com 4 dias de detenção por ter faltado à 1ª refeição sem motivo justificado”. Na sequência destes episódios, em 29 de Julho de 1918, o soldado Nicolau Lobato foi punido pelo Tribunal de Guerra do Corpo Expedicionário “com 60 (sessenta) dias de prisão correcional”.

Em 6 de Fevereiro de 1919, baixou ao Hospital de Sangue 8. Em 18 de Março de 1919, passou ao Esquadrão de Remonta. Em 3 de Abril do mesmo ano, encontrava-se no Hospital de Sangue 6, de onde foi evacuado nessa data para o Hospital da Base 1, tendo tido alta no dia 2 de Maio de 1919 para o C.M.C.A. Nessa data, deu entrada nas Prisões da Base com vista a recolher ao Depósito Disciplinar 1 “por ali pertencer”. Em 24 de Maio, encontrava-se no Comando Militar do Corpo, de onde seguiu de novo, no dia seguinte, sob escolta, para o Depósito Disciplinar 1. No dia 30 de Maio de 1919, encontrava-se presente no Depósito Disciplinar 1 “afim de cumprir 60 dias de prisão correcional”.

Em 9 de Junho de 1919, encontrava-se no Porto de Embarque de Cherbourg (França) com vista a ser repatriado. Embarcou, juntamente com o pessoal dos Serviços Administrativos, em 22 de Junho de 1919 com destino a Portugal. Desembarca em Lisboa, no Cais de Alcântara, em 25 de Junho do mesmo ano.

Depois de voltar da guerra, casou com Claudina Maria Martins no dia 9 de Outubro de 1920. Viria a falecer na freguesia de S. Martinho de Alvaredo, concelho de Melgaço, às 18 horas e 30 minutos dia 17 de Outubro de 1923.

# Corpo Expedicionario Português

Servico de Estatistica

(a)

(b)



(c)

(d)

Reg. Car. 4.  
1261 do 3.º

Ponto de identificação n.º 20179

Boletim individual de (e) *Nicolau de Sousa Lobato*

(f) *soldado chauffeur n.º 924*

de estado *solteiro*

(g)

filho de *Yori de Sousa*

*Lobato*

e de *Herminio da Gloria Domingues*

natural de *Belgaço - freguesia d'Alvaredo*

O parente vivo mais proximo e

seu pai *Yori de Sousa Lobato*

residente *Alvaredo - Belgaço*

Embarcou em Lisboa em 21 de *abril* de 1917

Desembarcou em *4* de *junho* de 1917

## Observações

*Para a ambulancia n.º 2 em 29 de Junho de 1917, alto em 2 de  
Dezembro Para a ambulancia n.º 2 em 12 de Dezembro de 1917  
4 - celta em 14 de Dezembro de 1917. Punido em 14 de Fevereiro de 1917  
pelo 1.º com 1.º de 3.º g. aut. com dois dias de detenção  
porque tendo sido a revista de saúde e dizendo-lhe o Dr.  
gaculativo para não sair da enfermaria sem tomar um  
purgante, não cumpriu esta ordem. Punido em 20 de Maio  
pelo 1.º com 1.º de 8.º com quatro dias de detenção por ter  
faltado a 1.ª reunião com motivo justificado. Para  
ag 4.º 1.º em 6-2-1917*

*Para o 1.º de 6.º para o 4.º de 1.º em 3 de Maio de 1917*

*Para o 6.º em 18 de Maio de 1917*

(a), (b), (c) e (d) indicação do regimento, batalhão, formação, grupo, companhia, esquadra ou bateria de que  
o mobilizado faz parte; (e) nome completo do mobilizado; (f) posto e escraço que desempenha, e sendo praça de pré,  
indica o respectivo numero; (g) indicar o nome da pessoa com a qual o mobilizado é casado ou de quem é viúvo  
ou divorçado.



4 - Artur Domingues, soldado do 1º Esquadrão de Remonta - Escola de Equitação.

Nasceu às três horas da manhã do dia 14 de Outubro de 1894 no lugar do Maninho, freguesia de São Martinho de Alvaredo, filho de André Domingues e de Maria Martins.

À data da sua partida para a guerra, encontrava-se solteiro e era morador no lugar do Maninho, freguesia de Alvaredo, deste concelho de Melgaço. Embarcou para França integrado no Corpo Expedicionário Português a 2 de Julho de 1917, portador da chapa de identificação nº 67360.

Sabe-se muito pouco do seu percurso durante o conflito. Já no cenário de guerra, em França, seguiu para o Esquadrão de Remonta em 3 de Agosto de 1918, tendo sido promovido a 1º Cabo em 5 de Setembro do mesmo ano. Em 2 de Novembro, estava presente no Quartel General do Corpo Expedicionário, proveniente do dito Esquadrão de Remonta. Em 6 de Abril, passou à 1ª Secção Auxiliar do Comando do Quartel General do Corpo Expedicionário.

Sobreviveu à guerra, tendo embarcado no porto de Embarque de Cherbourg (França), com destino a Portugal a bordo do navio “Mormugão” (navio alemão de nome original “Kommodore” que foi apresado pelos portugueses em Goa, Índia Portuguesa em 1916) e desembarcado em Lisboa, no Cais de Alcântara, em 1 de Novembro de 1919.



# 1.º Corpo Expedicionário Português

Serviço de Estatística

Modelo A

(a) Inscrição de Equipamento

(b) D. Península

(c) P. Insignia

(d) 233

Placa de identidade n.º 67360

Boletim individual de (e) Artur Domingues

(f) Soldado n.º 62 de estado solteiro

(g) filho de Andre Domingues e de Maria Martins

natural de Mozalgaes O parente vivo mais proximo é Maria Martins residente Mozalgaes

Embarcou em Lisboa em 7 de Junho de 1917

Desembarcou em Lisboa em 1 de Novembro de 1919

## Observações

16  
Recebeu para o 6.º Regimento em 5 de Agosto de 1918  
Reintegrado a 1.ª linha em 5 de Setembro.

4 Repatriado no "Mornegai" em 28 Out. 1919

Recebeu em 24 de Novembro de 1919  
de 24/11/19 de 1.ª linha

2

Passou a 1.ª linha aux. da Comand. do R. F. C.  
em 6 de Maio de 1919.

(a), (b), (c) e (d) indicação do regimento, batalha, companhia, grupo, companhia, esquadra ou batallão de que o mobilizado faz parte; (e) nome completo do mobilizado; (f) posto ou serviço que desempenha e, sendo praça de pré, indicar o respectivo número; (g) indicar o nome da pessoa com a qual o mobilizado é casado ou de quem é viúvo ou divorciado.

5 - António Besteiro, soldado do Batalhão de Infantaria nº 3 (Viana do Castelo), 4.ª Brigada do Corpo Expedicionário Português (2ª Divisão).

Nasceu às quatro horas da manhã do dia 18 de Fevereiro de 1892 no lugar da Carrasqueira, freguesia de São Martinho de Alvaredo, filho de José Besteiro e de Florinda Pires.

À data da sua partida para a guerra, encontrava-se solteiro e era morador no referido lugar da Carrasqueira, freguesia de Alvaredo, deste concelho de Melgaço. Embarcou para França integrado no Corpo Expedicionário Português a 15 de Abril de 1917, portador da chapa de identificação nº 66538, tendo desembarcado no Porto de Brest (França) no dia 18 desse mesmo mês.

Sabe-se muito pouco do seu percurso durante o conflito. Já no cenário de guerra, em França, baixou à ambulância em 5 em 23 de Agosto de 1918, tendo alta no dia 3 de Setembro.

Após a reformulação do Corpo Expedicionário Português, passa a integrar o 6º Batalhão do C.E.P. Sobre viveu à guerra, tendo embarcado no Porto de Embarque de Cherbourg (França), com destino a Portugal a bordo do navio inglês “Northwestern Miller” em 15 de Abril de 1919, tendo desembarcado em Lisboa, no Cais de Alcântara, em 19 de Abril de 1919.

Após voltar da guerra, casou com Aurora Bernardo em 21 de Maio de 1925. Viria a falecer em 31 de Outubro de 1985 na freguesia de São Martinho de Alvaredo, deste concelho de Melgaço.





66.538

1.º Corpo Expedicionário Português

Servicio de Estadística

R. 4. 3

(a) Regiment No. 3

(b) P. B. K. S.



(4) C. Compans

64

Placa de identidade n.º 66538

Boletim individual de (e) Antonio Bastião

(1) Soldado No. 5M

de estado colleino

(g) \_\_\_\_\_, filho de Yone Bastião

*Alameda* e de *Ribeirão Preto*  
natural do *Jardim Botânico de São Paulo* Milhaço - O pariente mais próximo é

Amesbury

dearest Mother

Embarcou em Lisboa em 25 de Abril de 1944

Desembargou em *Libéria* em *19 de Abril* de *1909*

## Observações

Baixa à Mambucanga Sem 23 de agosto de 1717. Alta em 3  
de Setembro.

Seguiu para Portugal com  
o 6º Bt. em 10-11-99, e bordo  
do Miller

1917 - April - December - 18

(a), (b), (c) e (d) indicam o regimento, batalhão, ferroção, grupo, companhia, esquadra ou bateria do que é mobilizado ou sua parte; (e) nome completo de mobilidade; (f) posto e serviço ao desempenhar, e sendo grupo de pds, indicar a respectiva missão; (g) indicar a arma da pessoa ou a qual a mobilidade é usada em de quem é efetivo ou disponível.

### 3. O fim da guerra – festa em Alvaredo

No dia 11 de Novembro de 1918, a Alemanha e os Aliados assinam o Armistício de Compiègne, representando a rendição alemã e o fim da Primeira Guerra Mundial.

Os soldados da terra só iriam regressar no ano seguinte de 1919. O primeiro soldado de Alvaredo a voltar a Portugal foi o soldado Avelino Fernandes, que tinha sido libertado do campo de prisioneiros de guerra de Dulmen e chegou ao Cais de Alcântara, Lisboa, em Janeiro de 1919. O último a voltar a pôr o pé em solo lusitano foi o soldado Artur Domingues que apenas chegou a Portugal em Novembro do mesmo ano.

O fim da guerra foi motivo de celebração em terras de São Martinho de Alvaredo. No “Jornal de Melgaço”, na sua edição de 28 de Setembro de 1919, encontramos um artigo com o título “Alvaredo em festa”, onde podemos ler: “No último domingo, 21 do corrente, esta freguesia, logo às 13 horas, anunciou por uma salva de 21 tiros o início de uma festa grandiosa, toda patriótica, pois foi dedicada à paz e ao regresso dos nossos soldados que em França, no meio de tantos perigos, , souberam dizer ao mundo inteiro que, apesar de cada-vérico, talvez ainda exista o velho e guerreiro Portugal. Nossa vontade e em parte dever, seria publicarmos hoje desde princípio a descrição que um nosso distinto colaborador nos enviou, mas temos que adiar esse trabalho para publicarmos o discurso de Marcelina A. Azevedo, distinta professora oficial daquela freguesia...” Segue-se então o discurso da senhora professora, num tom bastante inflamado, onde se pôde ouvir “A vossa bravura, constância e grandeza brilharão através dos séculos!” O discurso finaliza com a exclamação “Vivam os soldados de Melgaço!”

No número seguinte do “Jornal de Melgaço”, aparece publicado um artigo a contar-nos como tinha sido a festa, organizada em Alvaredo para homenagear os soldados regressados de França. No artigo, o redator informa os leitores que dos rapazes de Alvaredo nenhum deles ficou mutilado. Por isso, foi organizado um grande banquete oferecido a todos os soldados do concelho. A filarmónica esteve presente, entoando canções e o hino nacional.

#### Bibliografia

- ALVES, V. & ROCHA, J. (2018) - Os soldados melgacenses na I Grande Guerra. Edição dos autores.
- Arquivo Distrital de Viana do Castelo – Paróquia de Alvaredo (São Martinho) – Livro de Assentos de Batismos - 1888-03-12 – 1910-05-20;
- Arquivo Histórico do Exército - Boletins Individuais de militares do CEP 1914/1918;
- Jornal de Melgaço, edição de 28 de Setembro de 1919.

























63 André Ribeiro no alto do monte, na década de 1990.

64-65 Lugar do Barbeito.

66 Sandra Mendes, Sónia Fernandes e Filipa Fernandes, 1978/79.

67 Alzira Sousa, Rosinda “Gina” Ribeiro, Judite Ribeiro, Maria Saudade, Janina e Margarida Ferraz, no Barbeito, década de 1980.

68 Saudade Sousa a tocar acordeão no café Reina, anos 70/80.

69 Nita Fernandes, Sara Gonçalves, Alzira Gonçalves, Benigno Mendes, Manuel Gonçalves, Jesuina Domingues, Carlos Fernandes, Rosário Fernandes, Paula Fernandes e Luís Fernandes

70 Cortejo em Melgaço, data desconhecida.

71 Cândido, conhecido como “Chinho”, carpinteiro, em 1989.

72 Rosa Afonso a fazer a broa, década de 1990.







## SANTA BÁRBARA

Paula Lira e Maria José Lira

Perdem-se no tempo os motivos da devoção que os habitantes das Bouças têm por Santa Bárbara.

Dizem os mais velhos que decorria um inverno muito rigoroso, com muita chuva e de muitos temporais, provocando enormes cheias no rio, arrastando consigo o que encontrou pela frente. Duas irmãs solteiras, abastadas, conhecidas por Garolas, que moravam no nosso lugar, foram às suas margens para arranjar lenha para se aquecerem. Aí, depararam-se com Santa Bárbara e São Jerónimo, que teriam sido arrastados pelas águas. Rapidamente os recuperam e trouxeram para casa, considerando milagre terem-nos encontrado. Dado terem possibilidades económicas, mandaram construir o castelo no centro do lugar, para que todos os venerassem. O santo que a acompanha, a nossa tradição diz tratar-se de São Jerónimo, contudo as suas características não se enquadram. O Santo tem vestes reduzidas e um pau na mão, o que não corresponde à imagem de S. Jerónimo, que era teólogo e historiador.

A devoção a Santa Bárbara iniciou-se nessa época longínqua, que não conseguimos concretizar no tempo. Em relação a São Jerónimo nunca houve grande tradição.

Nas Bouças sempre houve bairrismo no que concerne a Santa Bárbara e aos seus pertences.

O castelo tem sido alvo de intervenção de forma a se manter em plenas condições, para abrigar os nossos santos. Já foi caiado de branco com os pilares em verde durante muitos anos; após decisão em reunião dos moradores, foi-lhe removida a cal e deixado de pedra exposta. Quando foi feita a estrada, o castelo ficou mais baixo, pois o degrau foi coberto. Após um lamentável acidente no início do século, a cúpula do castelo foi danificada. A sua recuperação não impediu a humidade no seu interior, pelo que os moradores não hesitaram, e foi-lhe construída uma nova cobertura, para o manter digno.

A restauração dos Santos, desde que há memória, foi realizada por diversas vezes, são antigos muito antigos, pequeninos e delicados. A humidade danifica facilmente o gesso que a restaura. Viajaram até Lisboa pela mãos do Ricardo do Pomba, foram a Braga e, mais recentemente, por volta de 2015, o restauro foi realizado em Monção.

O Carlos Lima, “Carlos da Ilda”, reproduziu em madeira os nossos santinhos! Em 2019, o Padre Arcélio

benzeu as imagens, para grande satisfação dos das Bouças.

Também a sua porta sofreu alterações, inicialmente era de madeira, posteriormente passou a ser de ferro. Por oferta da família Lima, de um magnífico vitral, a porta foi durante algum tempo em vidro madeira, mas a condensação da humidade não permitiu que a referida porta lá permanecesse, e voltou a ser novamente de ferro, agora forjado.

Com receio de sofrer novo acidente e de forma a proteger a nossa ancestral herança eis que surge a ideia de o proteger, sem danificar, com quatro mecos e uma corrente, dois deles com lanternas, para que as inúmeras velas provenientes de promessas dos seus devotos possam iluminar as noites dos santos.

Há muitos anos, os habitantes das Bouças muito devotos e zelosos da sua Santa Bárbara, quiseram dar-lhe uma morada mais digna, e eis que surge a ideia de mandar construir uma capela. Situar-se-ia na entrada para o monte da “Irene do Lopes” no ainda dominado “Capela Velha”. Iam as obras já adiantadas, quando o mestre estava a colocar a pedra para o sino / sineta sofreu um acidente que lhe tirou a vida. Os moradores interpretam o sinal, entendendo que Santa Bárbara não queria deixar o seu pequeno e humilde castelo. Suspenderam as obras e a capela foi deixada ao abandono, sem que mais alguém tenha tido novamente ideia de a reedificar. A pedra permaneceu no local, e eis que surge a possibilidade de ser vendida para a construção da casa do Carlos Martins. O lugar dividiu-se: por um lado os bairristas defensores do património, por outro os que, embora devotos, não viam interesse em continuar a guardar algo que não serviria o intuito inicial.

A santa protetora construiu património. Destacamos uns brincos em ouro, deixados por familiares da Irene Esteves, uma coroa em metal, e pelas duas senhoras foram-lhe doados os montes, agora denominados de Santa Bárbara, nas Cerdeirinhas, que ladeiam a estrada para o nosso lugar. Também foi possuidora de montes no Lugar da Secas, Carrameixal, todos eles geridos pela paróquia e com benefício, sobretudo para os residentes no lugar e a igreja.

Os montes da Secas foram recentemente vendidos ao município, para a futura zona empresarial de Alvarado. Também forneceram há alguns anos, para além de mato, pinheiros que se venderam para ajudar as obras de reconstrução da igreja.

Os montes de Santa Bárbara nas Cerdeirinhas, originariamente, tinham maiores dimensões, e eram cruzados por inúmeros caminhos. Algumas parcelas foram vendidas, nomeadamente ao Abel Fernandes para a construção da casa, à Fernanda Duro Gonçalves, para o caminho da propriedade que tem anexa, ao Carlos Lira para construção do Tanque de rega. Foi também cedida uma parte à junta de freguesia para recolha de monstros. Já lá vão algumas décadas, compravam-se as leiras de mato, quando este era valioso para o agricultor, pastoreavam-se os animais, as crianças e jovens brincavam e jogavam nele, ainda hoje uma das partes é conhecida por Jogo da Bola. Quando os animais começaram a escassear, começaram a crescer os pinheiros. Ainda hoje, direta ou indiretamente, nos beneficia: foram vendidos os seus pinheiros para as futuras obras da igreja, e apoia as obras da freguesia, pois tem servido de estaleiro, tem apoiado a exploração de madeiras, lamentavelmente às vezes é usado como lixeira...

Decorriam os anos 70 do século passado, estava ser construída a estrada para as Bouças. Surge a necessidade de arranjar brita para o seu pavimento, foi feita a proposta de ser explorada nesses montes. Instalou-se a discórdia: uns contra, porque a empreitada, segundo afirmavam, contemplava a aquisição da matéria prima, sem encargos para a freguesia/paróquia, outros a favor pois iria beneficiar o lugar das Bouças e a freguesia.

Foi lá feita a exploração, tendo sido colocada uma máquina enorme em ferro, que se avariou entretanto, e acabou por lá ficar, soterrada até aos nossos dias. Essa máquina serviu de diversão durante muitos anos para as crianças das redondezas, tendo sido por eles dinamizada tal como se fosse um parque de diversões.

Nos anos 80/ 90 do último século manifestou-se a intenção de construir um campo de jogos no Monte de Santa Bárbara. Como sempre nem todos concordaram: uns apoiaram, outros não. O dito campo acabou por não ter sido construído.

Recentemente surge uma nova proposta: o município quis adquirir o referido monte para construir casas a custo controlado. Novamente surge a discórdia, entre os defensores do património legado pelos nossos ancestrais e os apologistas da sua venda. Optou-se por manter o património para, se um dia for necessário, poder ser utilizado para um fim comunitário que faça jus aos princípios que as duas irmãs tiveram, deixando um legado a Santa Bárbara.

Em 2020, a junta de freguesia de Alvaredo fez proposta aos moradores de alargar e melhorar o largo de Santa Bárbara, na qual a transladação do castelo foi equacionada. Foi feita reunião local e os presentes acederam, mas com receio no risco de dano ao castelo. Exigiam que teria de ser feito com qualidade, sem adulterar o mesmo, pois trata-se de património de um povo que atravessou gerações e gerações. A obra foi levada a cabo sob a supervisão dos moradores, que zelaram cada pedra que foi translada, e eis que a obra se conclui e a opinião geral é que valeu a pena! A Santa e o seu colega estão felizes, os moradores briosos com o feito, briosos sim, porque nós os das Bouças temos brio no que temos e no que somos! A Santa protetora das trovoadas embora de todos é mais nossa, é do lugar das Bouças.

Antigamente, a festa de Santa Bárbara era feita por volta de S. Pedro. As celebrações religiosas realizavam-se na igreja, nunca houve procissão. Os moradores do lugar juntavam-se e levavam no seu colo as imagens até lá. Era celebrada a missa e posteriormente regressava ao seu castelo. Faziam-se bailes, arrematações, vinha o altifalante, deitava-se foguetes e a festa era aberta a toda a comunidade. A última foi por volta de 1982.

Na festa de S. João os santinhos saem do seu castelo e vêm em procissão às Bouças, ainda recentemente com um manto bordado, a coroa e os brincos, S. Jerónimo com uma faixa. Como para fixar o manto e a coroa, era necessário perfurar a imagem, deixou-se essa tradição, agora vão os dois, ela com o seu castelo na mão, e ele com a sua lança.

Desde 2002, exatamente há 20 anos, que os das Bouças se reúnem no sábado imediato ao 4 de dezembro, dia de Santa Bárbara, e confraternizam num alegre convívio, que se estende a todo o fim-de-semana. Celebra-se a eucaristia, onde, tal como manda a tradição, os santos são levados ao colo até à igreja, pelos seus devotos.

Estamos a fazer parte da história, estamos a construí-la! Seria bom que os nossos filhos e netos continuassem a ser devotos de Santa Bárbara e orgulhosos do nosso lugar. Cabe-nos a nós partilhar com eles as vivências em redor desta devoção, para isso contamos com a ajuda de todos para enriquecer este pequeno e modesto texto, para o alterar se algo estiver incorreto.

Aqui fica um início do que pode ser uma bela história, que o bichinho fique a remoer em nós todos, para a curiosidade aguçar e para podermos continuar a investigar o que foi e o que é a nossa tradição, construindo a memória coletiva fiel à história.



















# OS SERÕES DE ANTIGAMENTE

Virgínia Pinheiro

Na freguesia de São Martinho  
Vários serões havia  
Onde se fiava o linho  
E a mocidade se divertia

Eu cresci noutra freguesia  
Mas esta sempre frequentei  
Tinha lá muita família  
E muito tempo lá passei

Em todas as festas eu lá estava  
E muitas vezes ia ao serão  
A minha irmã me convidava  
Quando havia diversão

Havia um serão no Maninho  
Que era de vários lugares  
Como tinha bom caminho  
Sempre vinham muitos rapazes

As raparigas que lá estavam  
A fiarem o seu linho  
As maçarocas fiavam  
E punham num cestinho

Todas elas namoravam  
Por noite quatro ou três  
Enquanto a um falavam  
Outros esperavam pela vez

Mas mesmo namorando  
Não deixavam de fiar  
Com os dedos o linho iam passando  
Para o fuso enrolar

Os serões naquela altura  
Eram bonitos de ver  
Tantas rocas à cintura  
Etantos fusos a torcer

Os rapazes que namoravam  
Raparigas no serão  
Muitas vezes lhe levavam  
Música para diversão

Numa noite aconteceu  
Um caso que dá para rir  
Nessa noite estava lá eu  
E também estive a assistir

Um grupo de rapazes levavam  
Um tocadour para tocar  
As raparigas gostavam  
Porque assim iam dançar

O Pampelona tocava  
Uma pequena concertina  
O serão muito animava  
Com o grilo que ele tinha

A mocidade dançava  
Espalhando alegria ao seu redor  
As idosas apreciavam  
Quem dançava melhor

Quando a mocidade dançava  
Outro grupo de rapazes chegou  
E à porta do serão espreitava  
Mas do que viu não gostou

As namoradas deles andavam  
Com outros namorados a dançar  
Mas assim já não entravam  
Mas haviam de se vingar

O senhor Abel carpinteiro  
Que morava ali pertinho  
Tinha no seu quinteiro  
A mó de um moinho

Eles a mó arrastaram  
Sem que ninguém os sentisse  
E a porta lhe trancaram  
Sem que ninguém a abrisse

A dança estava a correr  
As idosas queriam ir buscar  
Um petisco para comer  
O Pampelona estava a tocar

Mas as portas não abriram  
Elas ficaram desesperadas  
Nem os rapazes conseguiram  
Porque estavam bem trancadas

Foi um desespero total  
E agora como vamos fazer?  
Fizeram-nos tanto mal  
E agora quem nos vai valer?

Amanhã quem há-de ouvir  
O povo da freguesia  
À nossa custa se vão rir  
Por causa desta rebeldia

A festa continuou  
Mas muito desanimada  
E este sofrimento só acabou  
Às quatro da madrugada

Aqueles que as fecharam  
Não conseguiam dormir  
E da cama se levantaram  
E as portas lhe foram abrir

Os rapazes que lá estavam  
Foram atrás deles a correr  
Para ver se os apanhavam  
Que lhes queriam bater

Mas eles foram matreiros  
E estavam bem escondidos  
Ninguém descobriu os paradeiros  
E ficaram sem castigos

A pessoa mais prejudicada  
Foi o pobre do Pampelona  
Que tocou até de madrugada  
E passou uma sede medonha



# AS BATELAS DO RIO MINHO

Virgínia Pinheiro

Neste rio houve muitas batelas  
Nos tempos que já lá vão  
Ouvi falar muito delas  
Das de Alvaredo, S. Marcos e Mourentão

Eram embarcações pequeninas  
Mas nunca se afundavam  
De dia estavam escondidas  
Só de noite é que trabalhavam

As batelas tiveram muita utilidade  
Em ajudar as pessoas noutros tempos  
Atravessavam o rio com facilidade  
E iam ganhando os seus sustentos

Umas vezes faziam contrabando  
Outras iam armar as pesqueiras  
As pessoas andavam lutando  
As batelas eram as companheiras

Quando houve a imigração clandestina  
Sempre ajudavam os imigrantes  
Aqueles que procuravam melhor vida  
Em terras muito distantes

No tempo da ditadura  
Elas foram tábua de salvação  
Livravam muitos políticos  
De ir parar à prisão

Houve um senhor da família Galão  
Que no lugar do Peso se refugiou  
Escondido numa arrecadação  
E em Alvaredo para Espanha passou

Para ninguém ouvir a remar  
Funcionou doutra maneira a batela  
Em vez de serem os remos a trabalhar  
Foi numa corda a puxar por ela

Pessoas que para cá vieram morar  
Da guerra civil refugiados  
Nas batelas tinham de passar  
Para visitar seus familiares

No tempo da guerra colonial  
Os jovens que não queriam ir  
Abandonavam Portugal  
E nas batelas conseguiam fugir

Em Alvaredo existiu uma batela  
Que eu guardo na minha memória  
Era importante a missão dela  
Por isso merece ficar na história

E fora feita propositadamente  
Com comodidade para o passageiro  
Por um artista muito inteligente  
O senhor Abel carpinteiro

Em Espanha tinha-se refugiado  
Um democrata português  
Em Alvaredo alguém estava preparado  
Para o trazer para cá outra vez

Esse senhor não concordava  
Com o regime da nossa nação  
E na Espanha se refugiara  
Para se livrar da prisão

Mas o tempo pregou-lhe uma partida  
Na noite que o queriam passar  
O rio teve uma grande subida  
E ele teve medo de naufragar

Ficaram à espera de melhor ocasião  
Tiveram azar foram denunciados  
Foram parar todos à prisão  
Onde foram muito maltratados

O político lá na Espanha  
Foi vítima de uma cilada  
E veio preso para Portugal  
E a cadeia foi a sua morada

Tantos carreiros desalinhados  
Até os próprios penedos  
Muitas vezes foram pisados  
E guardaram muitos segredos

As batelas já acabaram  
Porque foram ultrapassadas  
Mas pelos serviços que prestaram  
Merecem ser recordadas



- 77 Joaquim e Eva a mondar a erva da semente, na década de 1980.  
78-79 Aurora Pires, em campo não identificado, na década de 1940.  
80 Campos de Alvaredo, a 27 de abril de 1980.  
83 Sandra Mendes, Rui Mendes, Filipa Fernandes e o cão Joli, no final dos anos 1970, no Sabugal.



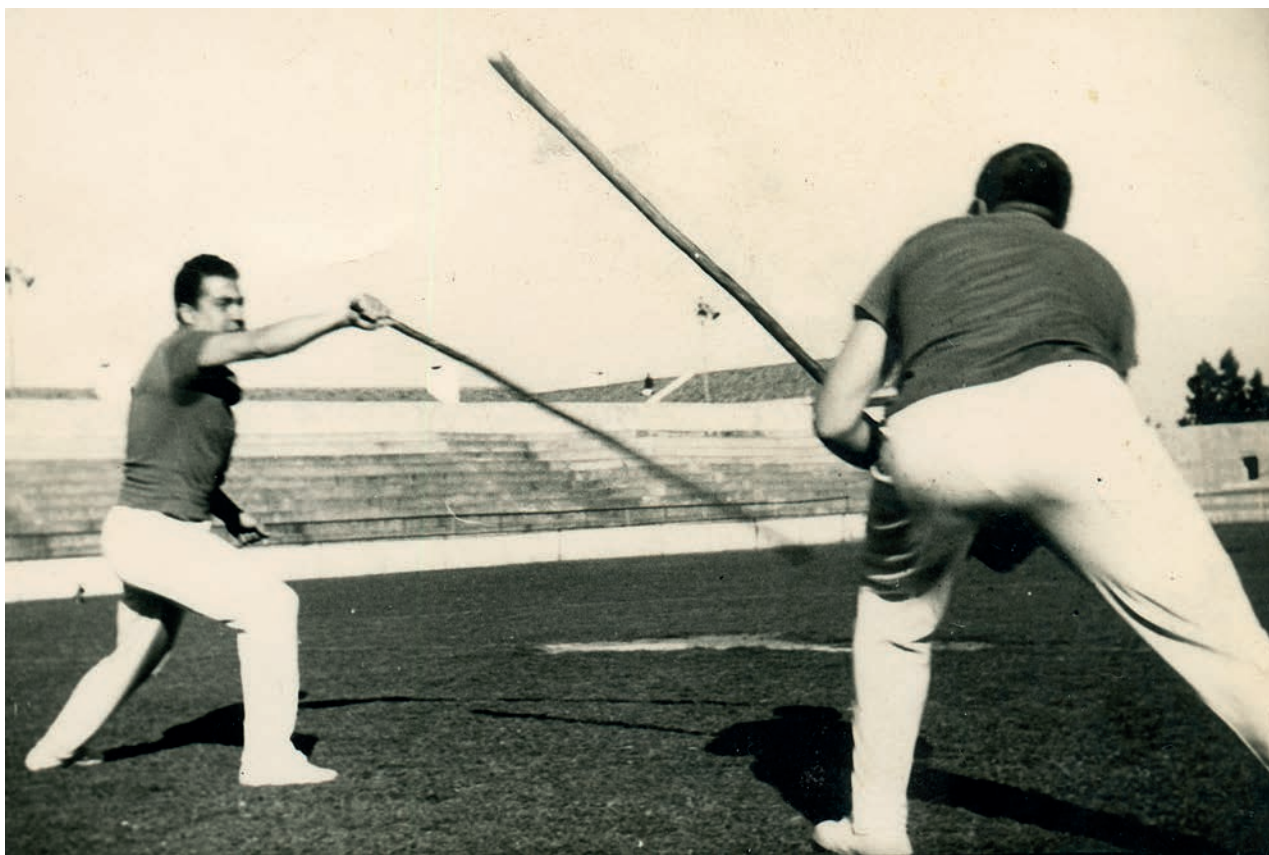




























## ENTRE GERAÇÕES | O FIO INVISÍVEL DA MEMÓRIA COLETIVA E O PODER DA ALDEIA

Isabel Domingues e Venâncio Fernandes

A criança corria descalça ou com os soques, feitos à medida pelo soqueiro local, pelos caminhos da aldeia, com os joelhos sujos de terra e o coração cheio de alegria. Cada caminho de terra batida, cada pedra do rio, cada cheiro a lenha queimada, cada som das correntes do rio que corriam para o mar, faziam parte do seu mundo íntimo, como se as fronteiras entre lar e aldeia não existissem. Conhecia cada recanto como quem conhece as repartições da casa. De lugar em lugar ouvia histórias contadas pelos mais velhos à sombra das varandas ou das árvores centenárias.

Mas havia algo que o fascinava mais que tudo. Que chamava por ele. O rio Minho.

Era mais do que um curso de água: era o eixo da aldeia, a linha invisível que unia comunidades, histórias e modos de vida.

Ao longo das suas margens resistiam silenciosamente as pesqueiras, construções ancestrais de pedra que desafiam o tempo e a corrente. Mais do que simples estruturas para a pesca da lampreia, salmão, sável ou da savelha, as pesqueiras são marcas vivas de uma cultura enraizada na relação íntima entre o homem e o rio. Elas não são apenas pedra sobre pedra: são história, são memória, são pertença.

Durante séculos, estas pesqueiras passaram de pais para filhos, de avôs para netos, com o mesmo cuidado com que se passa uma herança valiosa. Não é só o saber da pesca que se transmite - é o respeito pelo rio, o conhecimento das correntes, o valor do trabalho partilhado e a força da identidade coletiva.

O rio foi o grande mestre dessa criança. Era o velho amigo, presença constante e formadora. Desde os 7



anos que acompanhava o pai nas lides da pesca, via-o a armar e a desarmar as redes. Foi nele que aprendeu a nadar desde tenra idade e, com apenas oito anos, já o atravessava até Espanha, com a naturalidade de quem cruza um pátio. O rio, como a aldeia, ensinava em silêncio. E o vício começou aí. Chegava a faltar à doutrina para ir para o rio arriscando mais uma “coça” ao chegar a casa. O mesmo rio que era fartura numa altura em que era escassa. A fartura obrigou a práticas de conserva do peixe pela salga ou pelo fumo. As lampreias eram sabiamente escaladas e abundavam nos fumeiros, lado a lado com os presuntos e os lacões. As pias de pedra estavam sempre cheias de camadas de postas de sável com sal. A criança comia tanto peixe que, por vezes, fazia caretas quando a mãe lhe resmungava, mais uma vez, que o almoço era sável cozido.

O pai, ocupado a fazer e a remendar as redes para as pesqueiras-botirões e cabaceiras-, não tinha tempo para ensinar. Mas o filho observava-o em silêncio e, às escondidas, foi reproduzindo aqueles gestos, assimilando saberes antigos como quem herda um tesouro. Era assim que se aprendia: por osmose, pela convivência, pelo tempo partilhado.

A criança foi crescendo também nos gestos da terra. Porque nessa altura os filhos constituíam força braçal para ajudar nos trabalhos do campo e do rio. Participava nas segadas e malhadas do centeio nas eiras, nas desfolhadas ao anoitecer, nas lavradas com os arados e as juntas de bois/vacas, nas vindimas acarretando os cestos carregados de cachos brancos e tintos. Sachava, rendava e regava o milho. Ia ao moinho de água moer a farinha para o pão que era cozido no forno de lenha. Já ia ao rio desarmar e armar as pesqueiras. Era o que mais gostava de fazer.

O trabalho fazia parte do seu corpo e da sua memória, mas havia também alegria: os serões animados com grafonolas, gira-discos ou concertinas, as festas da aldeia que eram motivo de convívio e comida melhorada.

Uma infância vivida entre a terra e a água, entre o trabalho e a festa, entre a dureza da vida e a doçura dos rituais. O rio Minho, sempre presente, era espelho e fonte - da subsistência, da infância, da alma da aldeia.

Cerca de 15 anos depois, outra criança — diferente no tempo, mas tão parecida na essência - viveu as mesmas tradições. Já não andava descalça-pelo menos por necessidade- apesar de ainda usar soques. Continuava a percorrer os caminhos da aldeia com uma liberdade que, hoje, não existe, com o tempo nas mãos e o mundo por conta própria. A aldeia cuidava — com olhos invisíveis nas janelas e corações atentos por detrás das portas entreabertas. A liberdade era uma extensão da confiança, e a infância fazia-se de chão, de mato, de rio, de riso solto no meio da lida dos adultos.

Essa liberdade não era apenas movimento, era pertença. Era estar em casa em qualquer ponto da aldeia, fosse a eira, o moinho, o tanque ou a margem do rio Minho. Hoje, essas liberdades estão encerradas atrás de cancelas invisíveis: o medo, o ruído, a pressa. Mas naquela altura, bastava o som do sino ao longe ou o cheiro do pão a cozer para saber que se estava no tempo certo, no lugar certo — e livre.

Tratava os mais velhos, com quem aprendeu muito aquilo que não se aprende na escola, por tu. Não por falta de respeito, mas por carinho. Fumava às escondidas as pontas dos Kentuchys que o Américo deixava nos cinzeiros e bebia-lhe a jeropiga do pequeno barril à entrada da adega. Já não era obrigada a trabalhar muito. Os pais tentavam “poupar” os filhos obrigando-os a estudar para terem um futuro melhor.

Nas malhadas ainda ecovam risos e os malhos a bater na eira. As desfolhadas ainda reuniam mãos que

sabiam trabalhar e celebrar, sempre à espera do milho rei. As vindimas continuavam a ser festa, esforço e comunhão e deixavam as mãos cheias de melão ao apanhar os bagos caídos e o refugo, que os mais velhos teimavam em não deixar para trás. As lavradas já não se faziam com o arado mas com o trator.

A par do trabalho duro, de uma agricultura de subsistência, e a simplicidade do quotidiano, havia também tempo para rituais, traquinices e alegrias partilhadas. Ainda se cantavam os Reis de porta em porta, com quadras maliciosas dirigidas aos donos das casas - mais brincadeira do que ofensa.

Ainda se roubavam vasos na noite de São João, deixando-os no largo do Maninho ou à porta da Capela.

Ainda se ia buscar a água do monte para regar o milho em noites de luar, à luz trémula da candeia, com o vento a sussurrar nas folhas e o silêncio a embalar os passos.

Ainda se comia o caldo sentado à lareira, com o lume a estalar como companhia. Ainda se alumiava a São Tomé com as fachoqueiras, entre risos e berros com quadras a pedir proteção e abundância.

Ainda se acompanhava o Compasso Pascal de casa em casa, abrindo portas, corações e despensas. A cruz era recebida com devoção e alegria e, à sua passagem, provavam-se as maravilhas da gastronomia local e o vinho que aquecia os sorrisos. Era tempo de fé, mas também de partilha, de reencontros.

E, mais uma vez, a aldeia era o lar fora de casa, e os vizinhos, cúmplices de infância, histórias e afetos. Apesar das duas infâncias estarem separadas no tempo, o fio que as une é forte e invisível: o laço de pertença, de identidade construída na terra e na partilha. Ambas as crianças cresceram a entender que a vida em comunidade é mais do que vizinhança - é solidariedade, é herança, é memória viva que se renova a cada geração.

A aldeia era o seu mundo. Não conheciam outro. E talvez por isso, essas memórias ficaram gravadas como raízes que nunca se perderam. A infância foi vivida entre a terra e a água, entre o trabalho e a festa, entre a dureza da vida e a doçura dos rituais. E tudo isso lhes moldou as almas —almas feitas de pertença.

As tradições que viveram deixaram marcas fundas. Não apenas na memória, mas no jeito de olhar o mundo com olhos de quem sabe que pertence a um lugar.

A aldeia ensinou-lhes o valor do tempo, o poder das raízes, e a beleza de uma infância moldada pelo coletivo.

Duas infâncias, separadas pelo calendário, mas ligadas pela alma. Porque quando uma comunidade é forte, o passado e o presente andam de mãos dadas e a aldeia, com os seus rituais simples e profundos, continua a ser o coração onde todas as gerações se encontram.

Aquelas vivências moldaram-lhes o caráter, o sentido de pertença, o respeito pela terra, pelos gestos, pelas tradições.

Com o tempo, nasceu também um desejo: o de guardar essa herança, de não a deixar morrer com eles. Ambos desejam que as gerações futuras saibam que ali, naquela aldeia que era casa, pulsava uma vida feita

de simplicidade, força e beleza. E que, mesmo sem palavras, ela ensinava tudo.

Mesmo longe, levaram consigo mais do que malas: levaram memórias, levaram sotaques, levaram as festas e os cheiros e sabores da infância. Era o sentimento de pertença. Essa raiz invisível que liga a identidade de um povo, onde quer que ele esteja.

Hoje, as novas gerações brincam em novas calçadas-ou quase não brincam-, aprendem outras palavras, mas continuam a ouvir as mesmas histórias - às vezes por videochamada, outras ao vivo, no calor de uma visita que sabe a reencontro- e a viver as mesmas tradições. Mesmo adaptadas ao tempo, permanecem. E com elas, a vontade de transmitir às próximas gerações aquilo que as anteriores ensinaram: a importância de saber de onde se vem, de manter viva a memória, e de cuidar daquilo que nos une. É a força de um ciclo que teima em não romper apesar das ameaças- novas tecnologias, novas rotinas, novos desafios-.

Estas duas crianças carregam a missão de manter viva a identidade da comunidade que os formou.

Curiosamente aquilo que as aproximou foi o rio Minho e as pesqueiras.

Hoje, mesmo que a pesca artesanal tenha perdido espaço para as exigências da modernidade, as pesqueiras continuam a ligar gerações. São lugares de encontro e de histórias contadas à beira da água, são testemunhas de um tempo em que a vida seguia o ritmo do rio. São também símbolo de resistência, lembrando-nos que é possível preservar tradições sem renunciar ao futuro. Há jovens que, movidos pelo exemplo dos mais velhos, voltam às pesqueiras. Não apenas para pescar, mas para reconectar-se com a terra e com os seus. Outros, mesmo longe, mantêm viva a memória dos dias passados ali, ao lado do pai ou do avô, ouvindo histórias ao som do rio.

As pesqueiras do Minho são mais do que património material: são pontes entre gerações. Nelas vive o espírito de uma comunidade que honra o passado, valoriza o presente e constrói, com as mãos e o coração, um futuro onde as raízes não são esquecidas, mas celebradas.

Duas gerações separadas pelo tempo, mas unidas por um mesmo fio invisível: o compromisso com a memória, com os valores e com a esperança de que o futuro mantenha viva a essência do passado. Porque construir a identidade de uma comunidade é, acima de tudo, um ato coletivo de amor, continuidade e responsabilidade.

As raízes, mesmo que escondidas sob a terra, continuam firmes, sustentando tudo o que ainda está por vir. As crianças são o Venâncio Fernandes e a Isabel Domingues. A aldeia, Alvaredo.





- 85 Campos de Alvaredo, na década de 1990.
- 86 Mulher não identificada, Alice Alves, Albertina Fernandes, Lucinda Vaz, à frente Alice Domingues, Matilde Barreiro, Elvira Domingues, Emília Sanches, no casamento de Albertina Fernandes, década de 1960, no lugar de Botica.
- 87 Pedro Ferreira a praticar o Jogo do Pau, local e data desconhecidos.
- 88 Fotografia de grupo, local e data desconhecidos.
- 89 Trabalhos no campo em Alvaredo, data e local desconhecidos.
- 90-91 Comitiva chega à igreja em dia de casamento.
- 95 Isabel Domingues, à direita, com uma amiga, em 1996.
- 96 Venâncio Fernandes e António Fernandes, na pesqueira de Vintes (401), em 2023.

























99 Manuel Cerdeira, à esquerda, a trabalhar na França, em data desconhecida.

100 José Luís Esteves, Maria Fernanda Esteves, Manuel Pereira (“Manuel da Custódia”), José Alberto Esteves, Rita Esteves, Alzira Esteves e Manuel Bernardo Esteves, década de 1970, na França.

101 Rosa Rodrigues Cerdeira, Lisete e Teresa Duro, 1973, na França.

102 Idalina Fontão e amigas em Mondariz, na Galiza, em data desconhecida.

103 Rosinda Ribeiro, Margarida Lobato e Judite Ribeiro, anos 80.

103 Dorinda Pinheiro, no lugar da Fonte, anos 80.

104 André Ribeiro e Sílvia Ribeiro, no Carvalhal, década de 1980.

105 Ana Alves e Padre Barros, em dia de casamento, rodeados de rapaziada de Alvaredo. Dia 2 de fevereiro de 1969.

106 Fotografia de casamento da Lola de Casaltão, data desconhecida.





## ALVAREDO: 9 IMAGENS E 4543 PALAVRAS

Álvaro Domingues

Enquanto processo radical de mobilidade social, a emigração não podia ficar de fora daquilo que Pierre Bourdieu denomina a *distinção*. Porque é de mobilidade que se fala, nada melhor do que um dos signos maiores da modernização para sinalizar o distinto – o automóvel. O automóvel cumpre duas finalidades de uma só vez: confere estatuto num tempo em que ter automóvel era ainda exclusivo das classes sociais privilegiadas; e facilita a mobilidade espacial e social. O outro veículo é a fotografia: fotografando e enviando para os familiares e amigos dos lugares de origem, atesta-se a nova posição social. À época, o automóvel podia ser já um objecto bastante banal na Austrália urbana e aí não possuir o mesmo valor de distinção que tinha em Alvaredo. A fotografia resolve a situação: somos nós, que somos daí e daqui, e o nosso automóvel novo.

Numa única fotografia registam-se os tempos e espaços cruzados<sup>1</sup> que atrapalham a leitura e a compreensão de temas como a identidade, a tradição, a modernização, o local e o global. Porque envolve deslocações (literalmente para o outro lado do mundo) sem se quebrarem vínculos fortes à família, aos vizinhos, às terras de origem, aos rituais colectivos como festas, casamentos, baptizados, etc., a identidade de cada um e a sua inscrição no grupo social de referência são sempre processos abertos, extremamente dinâmicos, envolvendo as mais diversas práticas sociais nos locais de destino ou de origem.

Podemos imaginar a confusão gerada entre os que ficam e observam essa mudança turbulenta. Muitas vezes nem sequer se percebe a razão das mudanças, das atitudes, das formas de falar e vestir, das representações do mundo. Como a tradição e a identidade são (ou são vistos) como atributos dotados de grande inércia e que ficaram prisioneiros do passado dos lugares de partida dos emigrantes, não é difícil imaginar o teor das dissonâncias cognitivas e o imenso ruído que se faz ouvir. Como a emigração produziu uma identidade emigrante, a situação ainda se torna mais opaca – os emigrantes que eram daqui, agora já não são, ou são de modo intermitente e/ou indirectamente presentes na materialidade das coisas que com eles se conotam e na memória dos vizinhos e familiares; o que significa ser daqui? O que são as coisas de cá e como se avaliam, para lá daquilo que objectivamente se pode cartografar? Não sabemos:

a trajectória do emigrante é marcada pela travessia de fronteiras que delimitam universos em que vai tecendo a sua existência. Desenha-se assim um rendilhado complexo, lavrado numa pluralidade de espaços e de tempos, onde diversas condições, modos, estilos, e perspectivas de vida se sobrepõem e misturam. Estas fronteiras, reais ou simbólicas, podem ser encaradas como autênticos parênteses que, abrindo, ligando e fechando mundos, pautam as maneiras de estar e devir do emigrante.<sup>2</sup>



Um grupo de mulheres prepara o repasto de um casamento num tempo em que o banquete se fazia em casa. A fotografia foi tirada na cozinha onde se misturam tempos, tecnologias e referências culturais.

A mulher mais velha segura o “frangulho” (caruma do pinheiro) que se usava para acender o lume na lareira ou no fogão a lenha. Contudo, à esquerda, pode-se ver um fogão a gás.

O champanhe e o passe-vite, convivem com a caneca do vinho, a malga e os pratos, um de loiça vidrada e outro de barro. Nas paredes, as prateleiras são decoradas com panos de chita.

A mulher mais jovem usa saia pelo joelho com um padrão mais vistoso; as outras, de cabeça coberta com lenço, usam roupa escura e comprida e pernas tapadas com meias igualmente escuras.

Não se vislumbra muito mais. Com sorrisos apenas esboçados, a comida e a bebida são-nos apresentadas como sinal da boda.

O casamento nas sociedades camponesas implicava uma teia complexa de questões morais e económicas especialmente penalizadoras para as mulheres – *Minha mãizinha, que cousa é casar? / Filha, é sofrer, parir e chorar!*<sup>3</sup> – que, muitas vezes, tinham que permanecer nos agregados familiares de origem se houvesse necessidade de cuidar dos pais ou irmãos. Uma vez que a base da riqueza e do bem-estar dependiam da posse da terra e dos braços para a trabalhar, os futuros noivos teriam de pertencer a famílias de estatuto semelhante e de preferência, vizinho – *Só pode bem casar, quem casa com seu igual; Quem ao longe vai casar / Ou se engana, ou vai enganar*. Apesar da abolição do regime do morgadio em 1822, a pressão para manter a propriedade indivisa nas mãos de um único herdeiro, continuou sendo substituída por formas de doação em vida para o filho(a) que permanecia na casa, sendo os outros compensados com ajudas para seguirem estudos, a carreira militar, religiosa ou emigrarem; o elevado número de irmãos solteiros vivendo com os pais e/ou com o jovem casal ocorria por essa razão. A imposição legal das partilhas equitativas e a possibilidade de organizar vida fora da agricultura, foram anulando estes padrões.

Perdida a centralidade da economia rural assente na terra e no trabalho agrícola, na casa e na família, o casamento (e o divórcio) segue outros padrões, outras festas e rituais. Em terras de emigração, o casamento passou a ser um momento de festa especialmente alegre e concorrido, celebrando um estatuto social novo e integrando rituais tão diversos quanto a diversidade de referências culturais que circulam nos media, na TV ou nas redes sociais.



Verdes são os campos,  
De cor de limão:  
Assim são os olhos  
Do meu coração.

Campo, que te estendes  
Com verdura bela;  
Ovelhas, que nela  
Vosso pasto tendes,  
De ervas vos mantendes  
Que traz o Verão,  
E eu das lembranças  
Do meu coração.  
(...)

Luís de Camões (1524-1580)



Sobre imagens correntes da ruralidade, nada como a tradição bucólica clássica que Camões tão genialmente exprime nestes versos. Os campos são um estado de espírito, pura geopoética para falar das ninfas e dos faunos, dos pastores e dos seus amores confessos. O movimento romântico iria carregar nestas tintas e foi preciso esperar pelo realismo e pelo neo-realismo para que o trabalho e as condições de vida dos camponeses entrassem no imaginário da cultura erudita. Mesmo assim, e no que se refere à denúncia da exploração do trabalho e da dureza da vida, nem as ideologias marxistas do séc.XIX lhe dedicaram grande espaço: proletários, arredados da propriedade dos meios de produção, e explorados eram os trabalhadores das fábricas e, por ironia, os próprios camponeses eram, frequentemente proprietários de terras e casas. Seriam burgueses? Em qualquer caso, a progressiva expansão do sistema capitalista alimentaria o crescimento avassalador da indústria e da urbanização, transformando os camponeses em proletários industriais. No mundo do capitalismo agrário, não haveria camponeses mas sim trabalhadores agrícolas proletarizados. Muitos traços caracterizadores da condição e da ética camponesa – o conservadorismo, a religiosidade, o valor da família, o respeito pelos terratenentes e notáveis locais, a submissão, o fraco envolvimento nas lutas sociais, etc. – desconsideravam o campesinato (a grande maioria da população da Rússia bolchevique) como estorvo à própria revolução.

Não admira, portanto, que os relatos sobre o campo e os camponeses, desde as metáforas tóxicas do romantismo, à indiferença por parte das ideologias da modernização (capitalistas ou marxistas), tenha mais sucesso enquanto modo de existência ficcional, mítico, pictórico, literário, geopoético, etc., se tenham moldado muito bem ao reportório nacionalista da ditadura do Estado Novo - Portugal existia na sua ficção de Portugal dos Pequenitos em tamanho real:

Aldeias portuguesas... lares dos nossos pais... ninhos onde a saudade sempre nos reconduz com aquele instinto de amor que o coração possui! Como elas são belas, as nossas aldeias, com as suas casas agrupadas em roda do campanário, como um rebanho a descansar tranquilo aos pés do pastor. E como as próprias pedras das suas calçadas, polidas pelos pés descalços dos pobrezinhos, nos são queridas! Não têm lugar no mapa e as suas ruas não têm nome, mas todos os vizinhos se conhecem. Até o sino é um amigo, que tocou para nós, alegremente, no nosso baptismo, e já tantas vezes tem chorado pelos nossos, quando o Senhor os leva! Aldeias portuguesas, irmãzinhas umas das outras, mas distinguindo-se tão bem pelas suas características, são elas o relicário das tradições de Portugal! <sup>4</sup>

Como reacção aos métodos super-intensivos do agronegócio da produção de carne, estas seriam “vacas felizes” no recreio do pasto ao ar livre. Nem sequer são “tradicionais”; tradicionais eram as cachenas, máquinas de trabalho que puxavam carros e arados e o que fosse preciso.





As rádios são o feroz inimigo do folclore local; o crescimento do número de rotas pôs fim ao isolamento de certas regiões, e autocarros repletos de turistas em excursões vão para todas as partes. A facilidade de comunicação com as pessoas de outras regiões, junto com a difusão de escolas, ajudou a standardizar a linguagem e os dialectos locais começaram a desaparecer. Em síntese, Portugal não escapou da implacável marcha da moderna civilização industrial que trata de reduzir a enorme diversidade das formas de vida humana a uma triste e monótona uniformidade. O incremento da nostalgia entre povos civilizados pelas formas originais da cultura popular que a civilização destruiu, deu passagem a uma nova indústria, a indústrias do turismo, que cria um interesse no folclore, os restaurantes regionais, os bailes populares regionais, buscando desta forma dar a ilusão das coisas que já não existem, como nos museus de história natural onde os animais embalsamados que desapareceram dos bosques e das montanhas como resultado da fúria destrutiva da nossa civilização <sup>5</sup>

Jorge Dias (1907-1973), um nome fundamental na etnografia e na antropologia portuguesas, dizia estas coisas acerca da modernidade e da triste e monótona uniformidade que daí surgiria. O seu estudo sobre Vilarinho da Furna<sup>6</sup>, o mundo rural enquanto arquétipo de uma sociedade comunitária, foi fundamental para o enchimento mítico da ruralidade ancestral e do espírito da nação. No prefácio da edição de 1948, escrito por Orlando Ribeiro, pode ler-se:

estas aldeias comunitárias viviam numa nobre pobreza, onde os habitantes se sentiam efectivamente senhores do que cultivavam e colhiam e geriam em comum os seus interesses colectivos. Esta reedição é uma espécie de Requiem pelos pobres camponeses, pastores, moleiros e homens de outros ofícios humildes, que não inspiram aos prestigiosos construtores de barragens outro sentimento que não seja de profundo desprezo.

Na fotografia, o emigrante cujo vestuário, penteado e barba revelam a sua condição de modernidade, ouve a rádio, o feroz inimigo do folclore, acompanhado por um poster de uma artista do cinema ou das canções. Provavelmente ouve um relato de futebol ou notícias sobre Portugal filtradas pelas agendas ideológicas das emissoras. Não havia ainda internet, redes sociais e o seus mundos reais/virtuais que baralhariam esta unidirecionalidade da circulação dos media:

(...) a mediação eletrónica e a migração em massa não são novas forças tecnológicas, mas sim forças que parecem impelir (e por vezes obrigar) o trabalho da imaginação. Em conjunto, criam irregularidades específicas, pois tanto os espectadores como as imagens estão em circulação simultânea. Nem as imagens nem os espectadores se enquadram em circuitos ou audiências facilmente enquadráveis em espaços locais, nacionais ou regionais.<sup>7</sup>

Durkheim, Max Weber ou Mircea Eliade e outros estudiosos avisados nas coisas da religião e de fé, já nos precaveram bastante sobre esta mitologia do homem moderno recusar o apelo ao transcendente, pensando que nenhuma ideia ou representação de humanidade existe fora da história e da acção dos homens e das suas racionalidades. Pois se foram os homens que adoptaram os deuses e os inventaram, como poderia existir tal recusa e tal dicotomia entre a sacralização e a secularização? Tudo o que não se entende, se revela de forma fugaz, tudo o que nos parece grandioso e “transcendente” (lá está...), tudo o que é insólito, novo, inexplicável, tudo o que nos maravilha e surpreende os sentidos e as emoções..., se pode transformar numa hierofania, numa manifestação do sagrado. O homem profano passa a vida a inventar os seus lugares santos, as suas relíquias e as suas coisas mais ou menos sagradas. Agora, com as mudanças climáticas, o CO2, e os desastres naturais em directo pela TV, está a voltar a deusa Natureza como demónio ameaçador e em vez de cruzeiros e alminhas, espalham-se os vidrões nos caminhos e os papelões, e em vez do jejum eucarístico são os dias sem carros, e em vez das procissões são outras peregrinações e caminhadas a pé e “a natureza agradece”, como se ouve, embora seja difícil saber o que é que isso significa.

Aqui ainda há festa, comissão de festas, bailarico, procissão, comida melhorada, amigos e familiares que se convidam e roupa nova. Escreve João Ferreira de Almeida:

Dizer que as festas aldeãs desempenham funções internas ao espaço rural em que ocorrem significa então, e apenas, reconhecer que elas constituem normalmente uma ocasião de encontro e de auto-reconhecimento do grupo celebrante, que elas tendem a reavivar a rede de relações, a reforçar, através de ritos lúdicos, mágicos ou religiosos, a coesão e a solidariedade, por vezes selectiva, entre vizinhos. Saber se essas funções, ao cumprirem-se, envolvem conformismo perante processos sociais mais amplos, ou desenvolvem antes o fermento de contradições mais ou menos frontais com esses processos, corresponde a uma outra questão e a um outro nível de análise (...) Quando se vão perdendo nas formações sociais industrializadas os mecanismos de coesão e de renovação para que algumas cerimónias festivas contribuíssem, tendem a surgir tentativas de certas fracções das classes dominantes no sentido de restaurar, tecnicizar e massificar a festa tradicional, por forma a repor em seu proveito esses mecanismos.<sup>8</sup>

Nem mais!







Entender e explicitar a sociedade/território como um texto, equivale a uma demanda pela legibilidade e pela inteligibilidade do real, interpretando-o. Interpretar não é apenas encontrar um sentido único organizador de uma grande narrativa. Essa aparência de clareza contradiz a complexidade do real feita de uma acumulação caótica dos factos e assuntos. A este propósito, Bruno Latour distingue as matérias de facto – aquilo que objectivamente se pode documentar – e as matérias em discussão, ou seja os diferentes modos de entender a trama que envolve os factos e que alimenta as múltiplas possibilidades de organizar o conhecimento, a argumentação em torno da sua existência (habitualmente não consensual). O que ciência e a tecnologia podem explicar acerca da de qualquer coisa, de pouco serve para esclarecer um conflito que reúne um conjunto de interessados em torno de uma determinada questão, com diferentes perspectivas e interesses, invocando distintas razões e legitimidades que procuram impor às outras partes envolvidas. É dessa matéria que o mundo é feito e é por isso que a máquina narrativa é tão ágil na pulverização de sentidos, na sua fragmentação, ou, ao contrário, na construção de blocos rígidos e de sistemas de blocos tão flexíveis que mais parecem ferramentas de dissipação que estilhaçam qualquer assunto ou polémica num firmamento sem fim.

É necessário por isso que o texto seja plural, identificando blocos de informação suficientemente claros (leixias, segundo Roland Barthes), cuja diversidade e quantidade seja capaz de captar as componentes principais da complexidade e das contradições em presença; e, ao mesmo tempo, identificar as principais relações de sentido que se inscrevem nesse mapeamento de assuntos.

Em 1963, Theodor Holm Nelson explicou a sua invenção do hipertexto enquanto sistema de textos, fragmentos de textos ou outra informação, conectado ou interligado por uma rede de relações (links). Contrariamente ao texto – linear, sequencial, fechado –, o hipertexto constitui-se como uma estrutura não sequencial, aberta, ligada por correspondências de sentidos que o próprio leitor organiza. Um rizoma, como diriam Deleuze e Guattari. Barthes dirá que o hipertexto é uma galáxia de significantes.

É o que esta fotografia nos diz: a leitura do Século Desportivo é apenas um momento da cacofonia reinante: há garrações e garrafas de vinho, mulheres eroticamente despidas, fotos de Veneza, vacas no pasto, vivendas com piscina, locais à beira-mar, espigas de milho, regatas, cavalos e tudo o que não se vislumbra. Sobretudo, é tudo muito diferente da estabilidade que teimosamente se quer associar à identidade e às suas narrativas simplificadoras. O mapa da identidade individual ou colectiva, é um hipertexto em construção que tanto pode alojar-se em qualquer lugar como em lugar nenhum. Como facto social total, o futebol fica sempre bem em qualquer composição porque ajuda a explicar o mundo, da política, à ética, dos fenómenos de pertença e de identidade, da gestão simbólica dos conflitos, dos heróis, do outro, do adversário, dos nossos, da corrupção, da alegria e da profunda depressão. É como um antibiótico de largo espectro, ópio do povo numa lista apreciável de matérias opiáceas.

Nos séculos XIX e XX os relatos sobre o charivari revelem-nos uma rica nomenclatura para a cerimónia que, conforme as zonas, põe o acento ora na atitude de troça agressiva, ora no simbolismo de instrumentos utilizados ou, ainda, no nome dos mesmos instrumentos. Assim temos, usados para referir a mesma cerimónia, os nomes: assuada, cornetada, latadas, caçoada, tocata, novenas de viúvos, rurgas, cortiçada, rabelada, troça, chocalhada, ferunfada, cabaços, festas dos cornos, pandeirada, festa de latas, tocar o corno, correr a chocalhada aos viúvos, e ronda.<sup>9</sup>

Levi Strauss refere que na Enciclopédia de Diderot e d'Alambert o charivari se refere ao ruído zombeteiro que se faz à noite com bacias, caldeiros, etc., à porta das pessoas que celebram o segundo ou terceiro casamento e mesmo daquelas que celebram o primeiro, mas desposam pessoas de uma idade muito diferente da sua. Para além destes casos, há ainda o re-casamento de viúvos, os maridos que apanham pancada das mulheres, pelas raparigas que trocam um namorado que é bem visto por outro mais rico, mais idoso ou estrangeiro; raparigas que levam uma vida desregrada; noivas grávidas que se casam vestidas de branco; rapazes que se entregam a uma mulher por causa do seu dinheiro; mulheres casadas adúlteras; mulheres que têm um amante casado; maridos traídos; e, em geral casamentos que violam as normas e os valores morais instituídos.<sup>10</sup>

Outros autores<sup>11</sup> acrescentam os exemplos deste tipo de atitudes punitivas da comunidade face aos que quebram padrões de conduta nupcial e códigos sexuais. Extremamente ruidosas, as assuadas ou apupadas realizam-se depois do sol-pôr e são organizadas por homens. A troça era bastante agressiva e burlesca e, não raro, suscitava acções violentas por parte dos visados, como escreve Veiga de Oliveira:

se os visados não tomam a mal a assuada - e de facto às vezes até se associam à manifestação -, esta geralmente termina; mas, se protestam ou reagem, ela pode passar a vias de facto e transformar-se mesmo num desacato sangrento; e é isso na verdade que explica a perseguição que as autoridades movem à costumeira, que hoje, por via de regra, termina nos postos policiais.

Os provérbios acentuam os casos mais visados:

Velho casado com moça de poucos anos, corno temos; Homem velho e mulher nova, ou corno ou cova; Não concorda com o velho a moça; velho enamorado, cedo enterrado.

A questão agora é outra. A apupada saiu do seu contexto cultural, mudou-se para a praça frente à Câmara Municipal, e transformou-se em espectáculo e entretenimento. O simulacro faz o mesmo efeito da música pimba. Mulheres adúlteras, maridos cucos, ligações ilegítimas, velhos com novas, etc., eram desvios aos casamentos honrados que a ética camponesa condenava. Onde isso vai. A espectacularização da tradição – não confundir uma coisa com a outra – é apenas mais um evento para contribuir para a animação e a atractividade da terra. Para o Estado Novo, o *povo* ou o *popular* eram categorias ordenadas e estabilizadas por um aparato ideológico com uma função clara de propaganda. Como espectáculo, o popular é apenas populista, é pop.<sup>12</sup>







No seu livro *A Máquina no Jardim – tecnologia e o ideal pastoral na America*, 1964, Leo Marx explora as contradições entre a ideologia predominantemente pastoral e bucólica que era comum na literatura da América do séc.XIX, e a irrupção da máquina como símbolo da modernização e da industrialização. A visão transcendental do bucolismo americano, remonta à corrida para o Oeste e à colonização de uma natureza mitificada enquanto algo primordial e intocado (de facto, essa suposta *wilderness* era povoada por um sem número de tribos indígenas que foram praticamente dizimadas, tal como as manadas de milhões de búfalos). Thomas Jefferson defendia um certo agrarismo moral baseado na pequena agricultura familiar e nas comunidades unidas em torno de uma harmonia, da ajuda mútua e da defesa dos valores éticos e morais:

Os que trabalham a terra são o povo eleito de Deus, se é que Ele alguma vez teve um povo eleito, em cujo peito depositou o Seu o fundamento para uma virtude substancial e genuína (1782).

Este tipo de utopia e de visão mítica da agricultura e do agricultor adquiriu uma grande popularidade e em Portugal durou pelo menos até ao final do Estado Novo e da sua visão do camponês, iludindo a pobreza em que se vivia e repescando o romantismo tóxico do séc. XIX:

Nos trabalhos ruraes, no seio da família, e nas festas populares aquella boa gente vive vida patriarchal. Ide procural-a quando mais occupada andar nas lides da lavoira. Vereis famílias inteiras e differentes associadas no trabalho, auxiliando-se mutuamente. Vereis crianças, adultos, e velhos, nas fadigas mais penosas, ou rasguem com o arado as entranhas da terra, ou ceifem curvados as suas cearas, ou apanhem as uvas penduradas nas arvores, ou espadellem o linho, vertendo o suor do rosto, sempre alegres e satisfeitos, fallando, gracejando, e cantando sem cessar. Quem os ouvir, sem os ver, julgará que brincam, mas não póde crer que trabalhem. Na verdade o trabalho por aquelle modo não representa o castigo que foi dado ao homem ao ser expulso do paraíso. Póde considerar-se simplesmente como um exercício hygienico em meio de variado folgar.<sup>13</sup>

A máquina é a antítese deste espírito romântico que entendia a agricultura na sua relação profunda com a natureza. Na verdade o trabalho agrícola era duro para os humanos e para o gado que puxava carros e arados e aguentava cargas por caminhos íngremes e esburacados.

O trator, símbolo de modernidade e de prosperidade, revolucionou os sistemas de cultivo tradicionais. As poupanças da emigração permitiram a expansão da máquina - mediante serviços pagos à hora ou usando o próprio -, e as novas vinhas de Alvarinho já se plantaram e trataram com meios mecânicos.

Organizada pela associação A Batela, a Concentração de Tratores, enquadra-se na estima que estas máquinas multifuncionais possuem. Há convívio, paella gigante, medalhas e até uma bênção (como noutros tempos, o gado); há também prémios para o Trator Melhor Decorado e para o Tratorista Mais Tradicional. As tradições também se inventam.



Enquanto construções sociais, o território e a paisagem (as representações visuais do território), mudam constantemente, contrariando a permanência ou a inércia das paisagens rurais tradicionais cuja explicação tinha que ver com a própria estabilidade da sociedade, das práticas agrícolas, dos sistemas de produção, dos produtos e também, claro, da permanência de traços culturais que mais facilmente reproduziam usos e costumes, do que mudanças e rupturas.

Em tempo de mudança acelerada, a transformação acompanha a velocidade do processo e regista as mais diversas inovações tecnológicas ou culturais.

Ao fundo, o eucaliptal pode ter já sido baldio ou monte particular onde se cortavam matos e se apascentava o gado. Habitualmente estes terrenos localizavam-se em afloramentos rochosos ou solos demasiado pobres e, por isso, com um valor económico muito marginal dada a sua quase nula aptidão agrícola.

No plano intermédio estão ainda muito presentes registos do passado rural tradicional – a casa de granito e telha de canudo e os campos com vinha de arredor (provavelmente, uvas tintas), onde a cultura regada do milho no verão constituía o suporte fundamental da economia de auto-consumo. Passada a necessidade de cortar matos para a produção de estrume pelo gado estabulado, e passado o próprio cultivo do milho, o terreno do monte pode aproveitar-se para a cultura do eucalipto, árvore de baixo valor comercial mas de crescimento rápido e muito pouco exigente em matéria de solo.

A introdução recente da monocultura da vinha (alvarinho) e as novas possibilidades abertas pelo uso das máquinas de movimentação de terrenos, explicam o campo situado no plano direito ao fundo. Sendo a vinha uma planta de extrema adaptabilidade a solos bastante pobres (e também porque existem muitos modos de transformar as qualidades desses terrenos/solos, de os regar e adubar), é de esperar que os montes se transformem em monocultura de vinha e que os meios técnicos de hoje possibilitem a conquista de novos terrenos.

No primeiro plano, junto a um caminho ou estrada que garanta acesso automóvel, uma antiga parcela agrícola é transformada em uso urbano. Será, provavelmente, mais uma casa. Porque não se vive só de vinho, a transformação do território e da paisagem inclui também uma zona empresarial e um parque fotovoltaico. Assim se vai complexificando o mosaico da paisagem do vinho e da vinha.

Agora é só subir a um lugar alto e alargar horizontes com esta terra transformada, as vinhas a perder de vista, o casario espalhado, as montanhas em volta e as manchas dos baldios nas colinas pedregosas ou nas margens do rio, onde os pinheiros e eucaliptos ocuparam os matos de outros tempos. Em 1989 foi atribuída uma Denominação de Origem aos monovarietais de Alvarinho produzidos nesta sub-região de Monção e Melgaço. Na vizinha Galiza corria em paralelo uma história semelhante.<sup>14</sup>



## Bibliografia

- 1 - Augusto Santos Silva (1993) *Tempos cruzados: um estudo interpretativo da cultura popular*. Porto: Afrontamento
- 2 - Albertino Gonçalves; Conceição Gonçalves (1991) *Uma vida entre parenteses – tempos e ritmos dos emigrantes portugueses em paris*. Braga: Cadernos do Noroeste, vol.4(6-7), 147-158.
- 3 - Perestrello da Camara (1848) *Collecção de Proverbios, adágios, Rifãos, anexins, sentenças moraes e idiotismos da longoa portugueza*. Rio de Janeiro: Ed. Eduardo, Henrique Laemmert
- 4 - Maria Joana Mendes Leal (1940) *Aldeias Portuguesas*. Boletim mensal da Mocidade Portuguesa Feminina, nº17, 1940, 8-10
- 5 - Jorge Dias (1961), “Portuguese Contribution to Cultural Anthropology”, Johannesburg Witwatersrand University Press, p. 92
- 6 - Jorge Dias (1948), *Vilarinho da Furna, uma aldeia comunitária*. Lisboa: Centro de Estudos de Etnologia do Instituto para a Alta Cultura. (ed. Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1981)
- 7 - Arjun Appadurai (1996), *Modernity at Large: Cultural Dimensions of Globalization*. Mineapolis: University of Minnesota Press, p.4.
- 8 - João Ferreira de Almeida (1980), «Quem faz o arraial é o povo: mudança social e mudança cultural» in *Análise Social*, Vol. XVI (64), 1980-4º, p. 679-698
- 9 - Maria Paula Diogo (1985), “As Assuadas – o Charivari ao Recasamento em Portugal”, Seminário: Family Forms and Demographic Patterns, Oeiras: Instituto Gubenkiann de Ciência, Estudos Avançados de Oeiras.
- 10 - Levi Strauss (1964) *Mythologies – Le Cru et le Cuit*. Paris : Plon, pp. 292/293
- 11 - João Fatela (1989) *Violência lúdica, violência ritual*, in João Fatela (1989), *O Sangue e a Rua (1926-1946)*, Lisboa: ISCTE/IUL, Etnográfica Press, pp.119-152.
- 12 - Arlindo J.M Horta (2024) *O património em direto: produção de visibilidade e itinerários do “popular”*. Lisboa:ISCTE (tese de doutoramento em Antropologia)
- 13 - Vilhena Barbosa (1862), *Archivo Pittoresco, Semanario Ilustrado*, Lisboa: Ed. Proprietarios, Castro Irmão & C.ª, Vol. V, pp.12/13
- 14 - Álvaro Domingues (2024) *Terra Soalheira in Manta de Retalhos-Rostos do Alvarinho*. Melgaço/Monção: Clube de Produtores de Monovarietais do Vinho Verde Soalheiro.



108 Adelino Gomes e sua esposa em frente ao carro, em Sydney, na Austrália, década de 1980.

110 Aurora Martins, Maria Domingues (“Tia Bastarda”), Zaida e Prazeres Fernandes, na preparação do casamento de Rosa Soares na casa de Emília Vieites, na década de 1970.

112 Prados de Alvaredo.

114 Fernando Fernandes na Arábia Saudita, 1978.

117 Festa de Santa Comba, em Felgueiras, anos 70.

118 Armindo Gonçalves, na França, na década de 1960.

121 Apupada em frente à Câmara de Melgaço, década de 2000.

122 Desfile de tratores em Melgaço, década de 2010.

125 Construção da Auto-Reparadora S. Martinho, na Sobreira, 1997.

126-127 Pedro Pinheiro, em 1990.





























126-127 Pedro Pinheiro, em 1990.

128 Convívio na taverna Reina, na década de 1980/90.

129 Torneio de futebol de Salão da equipa Auto Reparação Puga. Identificam-se atrás José Louro, Jorge Domingues, Jacinto Leão, Manuel Sousa (Manuel da Máquina), Paulo Ribeiro (Branco) e António Puga; à frente Adelino Domingues (Carteiro), Manuel Moraes, Manuel Soares e José António Rodrigues. Tirada no antigo campo de futebol de Melgaço, em 1981.

130 Grupo de trabalhadores no Carvalhal, ano de 1962/1963.

131 Grupo de pessoas em Ferreiros, data desconhecida.

132 Carlos Lira, Eva Besteiro, Rosa Lira e Maria Machado, nas Bouças, 1948.

133 Maria das Dores Gomes no dia do seu casamento, a descer com Manuel Gomes do lugar de Vilar em direção à igreja, no dia 2 de fevereiro de 1969.

134 Maria da Luz, Adão Esteves, sua esposa, Moisés Esteves, Fernanda Esteves, António Esteves, Alda Esteves e Inácio Gonçalves. A criança era filha de Maria da Luz. Data desconhecida.

135 Joaquina Gonçalves em Penso, com um bolo à cabeça, década de 1960.





# FAZER CULTURA COM AS MÃOS

DANIEL MACIEL

As fotografias dispersas por este livro são ofertas, gentilmente cedidas pelos habitantes da freguesia de Alvaredo, que as preservam nas suas coleções domésticas.

Intensamente humanas, elas documentam uma terra em permanente transformação. Movimento, trabalho, mas também uma forte ligação afetiva entre quem cá está, quem cá esteve e quem está para chegar.

Mostra-nos que a dinâmica, marca vincada do caráter de Alvaredo, não é somente uma insistência do presente, mas também é algo herdado, transportado pelas gerações agora.

A decisão de povoar este livro de fotografias, sem as confinar a um recanto ou ordem de leitura linear, emerge também daquilo que trouxe da minha própria relação com estas coleções. As histórias e as suas imagens entrecruzam-se. Como quem espalha fotografias numa mesa, viajemos nestas imagens, atendendo às que nos atraem o olhar. Às histórias que nos fazem parar para ouvir, e às conversas que inevitavelmente deste processo virão surgir.







































Haverá uma forma de decifrar o desenho elegante que Alvaredo faz, entre as marcas patrimoniais de uma cultura herdada, reproduzida e orgulhosamente defendida, e a facilidade de adaptação a toda a contingência contemporânea.

A água do rego, centenária, desce acompanhando os camiões que abastecem e escoam as quintas de Alvarinho.

A procissão avança, solenemente, assistida pelo som de uma coluna *bluetooth*.

O passado e o presente convivem, pois apenas é artificial a sua distinção.



138-139 Dorinda Pinheiro (de vermelho, ao fundo), a vir do Peso com as amigas, identificando-se Aurora Fernandes e Fernanda Gonçalves à frente.

140-141 Fotografias da procissão (ou de S. Martinho, ou de Sto. António), na década de 1960.

142 António Cerdeira, "Manuel da Lau", João Pires, irmão do "Necas", "Necas" (Manuel Ventura Cerdeira), pessoa não identificada e outro de nome esquecido (seria do Maninho). Década de 1960.

143 Maria do Esteves e pessoa não identificada junto à estrada nacional em Alvaredo, data desconhecida.

144 Joaquim Esteves Lira e Carlos Sousa (no carro), acompanhados de turista, que os fotografou e depois enviou a fotografia, na década de 1980.

145 Convívio de 13 de maio entre amigos de Alvaredo, no início da década de 2000.

146-147 Herculano Rodrigues, Carlos Ribeiro e Inês de Sousa Lobato, em Penelas, Paderne.

74 Atrás: Benjamim, mulher não identificada e Carlos Reina. À frente: a criança ao colo é a Saudade, e ao lado Alzira, ambas filhas de Irene Sousa que está ao lado de Alzira, e D. Conceição. Tirada na década de 1960.



















150 Maria Domingues, Manuel António Vieites, Emília Vieites e Emília de Castro, na festa da N. S. da Bonança em Vila Praia de Âncora, na década de 1960.

151 Fotografia em Arbo, na Galiza, onde se identifica à direita António Vasques Palhares.

152 Levinda, Anésia e Angelina em dia de festa, nos anos 50.

153 Maria Adelina Gonçalves, à esquerda, em dia de festa. Local desconhecido, década de 1960.

154 Gaudêncio Fernandes, Carlos Fernandes e Águeda Martins, 1956.

155 Luis Fernando Rodrigues, à direita, em Dortmund, na Alemanha, década de 1960.

157 Adozinda Pereira, Maria Pereira, Fernanda Machado, Alzira, Fernanda Gonçalves, Rosa Gonçalves e Rosa Lira, nas Bouças, em 1968/69.















































158 Ilda Araújo Rodrigues e o pai Aurélio Rodrigues, 1950.

159 Convívio de emigrantes.

160 Carlos Alves de Lima, Isabel Maria Rodrigues de Lima e Maria Aldina Rodrigues de Lima (Dina), em 1966.

161 Libério Fernandes, à mesa, na década de 1980.

162 Rosa, António Pomba, Rosa Rodrigues e Manuel Cerdeira nas Bouças, em 1963.

163 António Alves, Paula Lira, Clotilde (atrás), Anabela Martins, Rui Alves e José Luís Esteves, no dia de baptizado de Maria José Lira, em 1978.

164 Águeda e Paula Fernandes, 1974.

165 Casamento da Maria do Sapateiro e Vitor Gonçalves.

166 Crianças com disfarce de carnaval, em data desconhecida.

167 Manuel Ribeiro com duas mulheres não identificadas, data desconhecida.

168 Rosa Afonso a fazer a broa, década de 1990.

169 Sílvia Ribeiro em frente à casa no Carvalhal, na década de 1990.

170 Antónia Vasques Palhares, que viera da Galiza, em 1975/76.

171 Maria Solha e os cães Bolinhas e Joli, na Carreira, em 1980.

O que apreendo das fotografias de Alvaredo é uma alegria quotidiana, que é própria de quem agarra os dias sem atender ao seu peso e à sua monumentalidade.

Como se a cultura, ou aquilo de que nós somos feitos, fosse um barro que se deixa moldar, com jeito.

Com as mãos, com arte.















































- 172-173 Maria Alves, Vitor Evangelista e João Pires, década de 1990.
- 175 José Alberto Esteves, José Luís Esteves e Maria Fernanda Esteves, ano de 1975/76, na sua casa nas Bouças.
- 176 António Alves Sanches, à esquerda, em procissão de S. Martinho, na década de 1960.
- 177 Grupo em frente a igreja, em dia de festa, identificando-se: em terceiro lugar Carlos Pereira Sousa, em quinto Rosa Domingues em terceiro a contar da direita Abílio Alves, em segundo a contar da direita Maria Domingues.
- 178 Maria Durães, Levinda Maria Besteiro e Manuel Besteiro, 1949.
- 179 Fernanda Gonçalves, Hermenegildo Fernandes e Palmira Rodrigues, década de 1960/70.
- 180 “João dos Fornos”, João Gomes, Manuel Vieites, Eduardo “Queipora”, pessoa não identificada, Maria da Conceição, Maria, João Besteiro e Vitorino Besteiro, na zona do Carvalhal, na década de 1960/70.
- 181 Paulo Rodrigues com o pai Álvaro Augusto Rodrigues na França, em 1992.
- 182-183 Maria Domingues e Manuel António Vieites com o gato Adriano, na década de 1970.
- 184 Elvira Araújo, em segundo lugar de cor-de-rosa, com familiares e amigos, na década de 1980.

Ou, talvez, tudo seja jogo.

Não no sentido da frivolidade, mas no sentido daquilo que é lúdico.

O lúdico, como sabemos, é coisa séria. Acontece no mesmo campo em que existimos. Parece real. Diria, talvez, precisamente por ser o campo das regras estranhas, dos comportamentos notáveis, das histórias que constantemente recontamos, que o lúdico é hiper-real.

Maior do que a matéria das coisas terrenas. Mais importante que elas todas. Mas leve, e sério apenas na medida do necessário.

Por ser lúdico, deixa-se manusear. Aplicar e reproduzir.

É identidade, e pertença, e tradição, todas essas coisas.



Talvez não haja nada a decifrar.

As batatas cavam-se, semeiam-se e colhem-se. Não se questionam.

Ainda assim, penso que qualquer jogo se faz apenas com quem quer jogar.

Se Alvaredo é como é, será porque ele assim é feito, e refeito, ativamente, por quem lá vive. Porque é trabalhado, a custo, mas com vontade.

Com as mãos, portanto.

Não sei se haverá gesto de afecto mais profundo do que esse, o de se fazer as coisas, porque sim. A sua razão de ser incluída no próprio gesto que cria.

No entanto, poderei vir a ser surpreendido. Não seria a primeira vez, nem será a última, que Alvaredo o faz.













































- 189 Rapariga não identificada com Vítor Veiga, Pedro Pinheiro e Isabel, na década de 1970/80.
- 190 Rosa Lira, Zé Manel, Antónia Vasques Palhares (de pé, à esquerda), José Duro, Leotilde (esposa de José Duro), Eva Besteiro, João Lira, Luísa Machado, Saudade Fernandes (atrás, à direita) e Amândio Fernandes, em 1968/69.
- 191 Jantar de casamento de Manuel Ribeiro (Branco). Identifica-se, a partir da esquerda: Professor Nuno, sr. Bessa, sr. Ventura, Maria Emilia, Manuel António Ribeiro, e sr. Rocha (do Hotel Rocha).
- 192 Diogo Castro, 1991-92.
- 193 Isabel Domingues com os pais, Albertina Fernandes e Manuel Lobato Domingues e a prima Anabela Fernandes, no Maninho, casa do avô Abel Fernandes (carpinteiro), em 1979.
- 194 Conceição, Luísa e Fátima em dia de festa, agosto de 1972.
- 195 José Certal segura a filha na sua mão, em 1975.
- 196 Adozinda Domingues e Adoinda Pereira, perto da escola de Alvaredo, a caminho de levar os bois à feira, nos finais da década de 1960.
- 197 Jorge Ribeiro com roupas da marcha de S. João, em 1980.
- 113 Adoinda Pereira e António Domingues (Rapa), finais da década de 1950.
- 199 Maria Lobato e Boaventura Moreira de Castro (Sr. Ventura), na década de 1950.
- 200-201 Raparigas da Granja: Luísa, Conceição, Fátima, Fernanda, Esperança e Tina, na década de 1970.
- 202 Casamento de Rosa Rodrigues e Manuel Cerdeira, no dia 23 de janeiro de 1964/65.
- 204-205 Dia de carnaval com as crianças de Alvaredo, 2001/02.







## POR ALVAREDO

João Gigante

Este projeto fotográfico sucede a um contacto prolongado com Alvaredo, consequência de uma relação cultivada com tempo e atenção junto destas pessoas. O trabalho encontra o seu momento fulcral durante um fim de semana de celebração: a festa de São João.

Depois de publicar o livro Labuta – trabalho realizado em residência – a vontade de voltar a Alvaredo foi imperativa. Junto com o Daniel Maciel, acompanhámos esta festividade.

Alvaredo é um lugar exótico para a fotografia, um exotismo que transparece verdade e paixão por um território. Aqui, os seus habitantes trabalham dia e noite. É visível uma árdua vontade de ocupar e dar a conhecer, de construir e gravar nas suas gentes um movimento cultural.

Um vaguear pelas estradas, terreiros e caminhos, pelas vidas que preenchem um espaço de tempo com sentido / consomem tempo com um sentido. Tudo é feito em prol do outro, da vontade de reunião, num calor vivo e originário de uma memória que procura ser constantemente ativada. Esta festa é um espelho desta procura, da relação íntima e familiar que os habitantes constroem entre si.

Um dos camiões que animaria uma das noites sofre uma avaria e pernoita no acesso ao recinto. Para muitos isto seria uma derrota, em Alvaredo um desafio. Este simples acontecimento mostrou uma forma colaborativa de fazer acontecer, onde a vontade ultrapassa todas as barreiras da falha ou da desistência.

Alvaredo não é apenas uma freguesia, é um lugar que vive das pessoas que, com os seus gestos quotidianos, fazem dele uma celebração, um território de trabalho e afetos.

















































































## ÍNDICE

6	<b>MENSAGEM DO PRESIDENTE</b> Diogo Castro
11	<b>INTRODUÇÃO</b> Daniel Maciel
13	<b>SÃO MARTINHO DE ALVAREDO – NOTAS SOBRE O SÉCULO XVIII</b> Valter Alves
39	<b>ROMEIRO DE SÃO BRÁS</b> Palmira Pereira
41	<b>HOMENAGEM À TIA AURORA</b> Fátima Mira
49	<b>OS EXPEDICIONÁRIOS DE S. MARTINHO DE ALVAREDO NA GRANDE GUERRA (1914-1918)</b> Valter Alves
73	<b>SANTA BÁRBARA</b> Paula Lira e Maria José Lira
81	<b>OS SERÕES DE ANTIGAMENTE   AS BATELAS DO RIO MINHO</b> Virgínia Ferreira
93	<b>ENTRE GERAÇÕES   O FIO INVISÍVEL DA MEMÓRIA COLETIVA E O PODER DA ALDEIA</b> Isabel Domingues e Venâncio Fernandes
109	<b>ALVAREDO: 9 IMAGENS E 4543 PALAVRAS</b> Álvaro Domingues
137	<b>FAZER CULTURA COM AS MÃOS</b> Daniel Maciel
206	<b>POR ALVAREDO</b> João Gigante
234	<b>FICHA TÉCNICA</b>



Título

**Quem Somos Os Que Aqui Estamos?**

Alvaredo

Coordenação

**Daniel Maciel**

Edição

**MDOC-Festival Internacional de Documentário  
de Melgaço**

Projeto *Quem Somos Os Que Aqui Estamos?*

Coordenação

**Álvaro Domingues**

**Daniel Maciel**

Orientação e Acompanhamento Científico

**Albertino Gonçalves**

Pesquisa no Terreno e Recolha

**Daniel Maciel**

Fotografia Documental

**João Gigante**

Equipa AO NORTE

**Carlos Eduardo Viana**

**Daniel Deira**

**Miguel Arieira**

**Rui Ramos**

Design

**João Gigante**

Tiragem

**300 exemplares**

Impressão

**Edições Afontamento**

Data de impressão

**14/07/2023**

Depósito Legal

**???**

ISBN

**978-989-35972-3-1**

Parceria



**ID+ INSTITUTO DE  
INVESTIGAÇÃO EM  
DESIGN, PORTUGAL  
MEDIA E CULTURA**



Fundação  
para a Ciência  
e a Tecnologia

238-239 Madalena Lima e Ilda Rodrigues, em 1994, no  
casamento da prima Lili.



Fotografias Cedidas Por

**Adozinda Domingues  
Alice Soares  
António Besteiro  
António Domingues  
Cândido Ribeiro  
Carlos Fernandes  
Dorinda Pinheiro  
Emília Sanches Vieites  
Estrela Rodrigues Sérgio  
Fátima Mira  
Fernanda Esteves  
Fernando Fernandes  
Ilda Araújo Rodrigues  
Ilda Gonçalves  
Irene Sousa  
Isabel Domingues  
Jorge Ribeiro  
José Certal  
José Pinheiro  
Madalena Lima  
Manuela Rodrigues  
Manuel Gonçalves  
Manuel Soares  
Maria das Dores Gomes  
Maria José Lira  
Palmira Pereira  
Paula Alves  
Paula Fernandes  
Paula Lira  
Paulo Rodrigues  
Paulo Ribeiro**

**Pedro Pinheiro  
Rosa Lira  
Rosinda Ribeiro  
Soraia Gonçalves  
Teresa Duro  
Victor Gonçalves  
Virgínia Fernandes**

Sobre

**Quem Somos Os Que Aqui Estamos é um projeto do MDOC – Festival Internacional de Documentário de Melgaço, organizado pela AO NORTE – Associação de Produção e Animação Audiovisual, em parceria com a Câmara Municipal de Melgaço.**

ISBN 978-989-35972-3-1

















2025